



Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CAÍTO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOSELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duflio Genari - Irondí Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados Albano Gomes e Doutor Rosinha (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 188/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/95, que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, conforme específica.

Curitiba, quarta, em 07.06.95

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, regime de urgência ao Projto de Lei nº 141/95, que autoriza o Poder Executivo a isentar as APAES, asilos e as creches que são mantidas por organizações não governamentais, do pagamento da taxa de consumo de energia elétrica e de água, cobradas pela COPEL e SANEPAR.

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 190/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/95.

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) MILTON PUPPIO

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 106/95, cuja súmula é a seguinte: "CONCITEC - Ordena as Atribuições e Recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 129/95, cuja súmula é a seguinte: "Cria a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 165/95, cuja súmula é a seguinte: "Declara de Utilidade Pública a

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Doutor Camargo, Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, retirada do Projeto de Lei n° 090/95, de autoria do Deputado Nereu Alves de Moura, item 02 da Ordem do Dia de hoje, que revoga o Artigo 2° da Lei Complementar n° 56/91, da Ordem do Dia de hoje, por 5 Sessões.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N° 1594

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUEREM a destinação dos horários reservados ao Grande e ao Pequeno Expediente e às Lideranças referente à Sessão Ordinária do dia 21 de junho do ano corrente, para realização de homenagens aos 10 anos de criação da CASLA - Casa Latino-Americana, com a apresentação do relatório das atividades desta entidade, a ser realizado pelo seu presidente, Professor Dimas Floriani. Requerem ainda a entrega de um "Diploma de Honra ao Mérito" por esta Casa de Leis à entidade homenageada, pelos relevantes serviços prestados em prol da integração dos povos latino-americanos, no Estado do Paraná.

No sentido da estruturação do evento, os Deputados que subscrevem o presente requerem, ainda, que a Comissão Executiva da Casa, através de sua Presidência, envie convites oficiais às autoridades estaduais e ao público em geral para participarem do evento.

Na oportunidade esclarecemos que a CASLA - Casa Latino-Americana, vem realizando, desde a sua fundação, em 1985, diversas atividades que têm por fundamento a integração das diversas nações e povos latino-americanos, sempre dentro de uma essência democrática e no sentido de superação das desigualdades humanas e regionais. A CASLA cumpre seu papel no que diz respeito à criação de uma identidade entre as populações oprimidas da América Latina, principalmente através da troca de experiências entre os setores organizados da sociedade civil dos países latino-americanos. O intercâmbio estruturado pela CASLA entre os diversos movimentos sociais destes países foi e é de importância ímpar para a constituição de uma sociedade civil

organizada e participativa, fundamento indispensável à consolidação dos regimes democráticos.

Dentre as atividades já concretamente realizadas pela CASLA no Paraná, figuram o apoio e a efetivação de uma campanha pela punição dos assassinos de Chico Mendes e apoio a causa ecológica; oferta de diversos cursos gratuitos à população em geral sobre a realidade sócio-político-cultural da América Latina, em convênio com Universidades como a UFPR e a PUC-PR, além de cursos promovidos em colaboração com o IPARDES; cursos de espanhol; convênios de pesquisa e cursos e seminários, com apresentação de palestras e filmes, sobre a realidade latino-americana, em colaboração com a Fundação Cultural de Curitiba e a própria Prefeitura Municipal da Capit l do Estado; realização de cursos de música e de artesanato, além de exposições neste sentido. Outra realização de fundamental importância foi a estruturação, em conjunto com outras entidades, do CILA - Comitê para a Integração Latino-Americana. Este comitê, de reconhecida importância na estruturação de eventos com vistas à consolidação do MERCOSUL, teve como pontos altos de atividades a realização do I e II CEPIAL - Congresso de Educação para a Integração da América Latina, sendo que o III Congresso realizar-se-á em 1996 no campus da Universidade Estadual de Londrina.

Pelos exemplos apresentados, fácil concluir pela importância da entidade que propomos homenagear.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(aa) ANGELO VANHONI
ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar pela morte do bancário Valter Natalício Cabrera, na Cidade de Ibiaporã, e que o mesmo seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1569

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Antoniacomi, ocorrido em 29.05 do corrente, no Município de Almirante Tamandaré.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando

muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, envio de voto de pesar pela morte do Senhor Mário Pessoa, na Cidade de São Sebastião da Amoreira, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1568

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Bortolo João e Irena Zacam, que completou 54 anos de feliz união conjugal, em 24 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Fora todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao TRE - Tribunal Regional Eleitoral, pelas comemorações de 50 anos de sua criação, que acontecem na data de hoje.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do TRE, Desembargador Haroldo Bernardo da Silva Wolff, através de correspondência a ser encaminhada à Alameda Cabral, 184, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Curitiba, quarta, em 07.06.95

REQUERIMENTO N° 1583

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ausência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações à Senhora Tânia Vieira, pelo sucesso da grande campanha de agasalhos dos funcionários do BAMERINDUS, por ela liderada.

Foram quase 600 mil quilos de doativos arrecadados em todo o Paraná e que atenderão 1451 entidades assistenciais. A maioria do material é novo e vai proteger os carentes nos dias frios, evitando-se que alguns cheguem a morrer, como já aconteceu em nosso Estado, vítimas do frio e da falta de agasalho.

Dona Tânia e todos os funcionários do BAMERINDUS estão de parabéns por gesto tão humanitário e cristão, que já se tornou tradição em nosso Paraná.

Se todas as redes bancárias promovessem evento semelhante, com toda certeza todos os paranaenses teriam, principalmente no período do inverno, o indispensável agasalho. Que o exemplo de solidariedade de Dona Tânia Vieira e dos funcionários do BAMERINDUS sirva de inspiração para todos os paranaenses que têm condições de idealizarem promoções idênticas.

Requeiro que a Casa dê ciência à Dona Tânia e colaboradores do reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 1589

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, nesta semana da preservação ambiental, a inserção em ata de votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, pela sanção da Lei n° 11.054, de autoria do Deputado Anibal Khury, que trata da preservação florestal.

Desta decisão requeiro ainda seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Nesta data, em que se comemora a Semana Nacional da Preservação Ambiental, nada mais justo que prestemos uma homenagem ao Excelentíssimo Senhor Governador pela sanção de tão importante lei.

A Lei n° 11.054, que trata e regula-menta a exploração florestal em nosso Estado, regula conceitos conservacionistas com aspirações produtivas quanto aos municípios promoverem exploração racional, criando verdadeiras Fazendas Florestais.

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja registrado nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Município de Sertãoópolis pelo transcurso do seu aniversário de fundação neste dia 06 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli, Digníssimo Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Jaime Lerner, solicitando autorização para a construção de um trevo na entrada da cidade de Sabáudia, em atendimento aos usuários da BR-218, que liga o Município de Arapongas a Astorga.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

O pedido está sendo feito pelos usuários, que reclamam dos frequentes acidentes ocorridos no trecho que dá acesso à cidade de Sabáudia.

Tal solicitação em caráter de urgência se faz necessária, em vista de sete pessoas que foram atropeladas, vindo a falecer neste ano, conforme dados estatísticos do município.

A reivindicação deste Parlamentar, soma-se aos reclamos daquela população e como trata-se de uma obra de baixo custo, pede-se que sejam tomadas as devidas providências.

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Paraná solicitando a transferência do Policial Militar Fernando Jurandir Vieira da Rocha RG: 4.895.612-2, do Quartel de Guarapuava para o de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A mãe do Policial Militar em questão mora com ele e necessita de tratamento psiquiátrico que será feito em Ponta Gros-

sa, daí o mesmo estar pleiteando a transferência.

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação da 3ª Vara Criminal e da Vara da Infância e Juventude, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ponta Grossa pelo seu porte, necessita da criação das Varas acima citadas, pois as existentes - 2 Criminais e a de Família - estão abarrotadas de processos, o que tem dificultado o andamento dos mesmos.

A criação da 3ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, separada da Vara de Família, é uma reivindicação da comunidade de Ponta Grossa e, com certeza, agilizará a aplicação da Justiça.

REQUERIMENTO Nº 1567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esporte e Turismo, Silvio Magalhães de Barros II, solicitando a construção da cobertura na quadra poliesportiva do Colégio Estadual Cecília Meirelles, Ensino de 1º e 2º Graus do Município de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Prefeito Municipal Osney Picango, que solicita a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Cecília Meirelles, Ensino de 1º e 2º Graus no Município de Corumbataí do Sul.

A inexistência de uma cancha poliesportiva coberta e de um ginásio de esportes, inviabiliza o desenvolvimento de atividades esportivas principalmente em dias chuvosos e de frio intenso, salientamos ainda que é de suma importância pois beneficiará a escola e a comunidade como um todo, ajudando na realização e execução de atividades, como teatro, danças, coral, palestras e reuniões com a comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar reparos na Avenida das Torres, Jardim Boa Vista IV, Almirante Tamandaré. A mesma está cheia de buracos e os moradores pedem que sejam tomadas providências.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1571

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração - SEAD, para que instrua o Instituto de Previdência do Estado - IPE, para que seja agilizado o atendimento para marcação de consultas do referido órgão.

A dificuldade para se conseguir ligação é muito grande e quando se consegue, as telefonistas dizem que o sistema está fora do ar.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para que instale água encanada na Rua Paulina Ader, n° 45 - Novo Mundo, pois o morador desta residência ainda não conta com este benefício.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Professor Brasília Ovídio da Costa - Santa Quitéria, os quais solicitam a instalação de um telefone público nas proximidades, ou mesmo que o telefone existente dentro da Mercearia Nossa Senhora da Paz, seja colocado fora. A mercearia fica

localizada na Rua João Scuissiato.

Segundo os moradores, após o fechamento da mercearia, eles ficam sem telefone.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1574

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Rua Professora Carmem Lima de Almeida - Bairro Bacacheri.

O pedido está sendo feito pelos moradores que reclamam dos desocupados, pois os mesmos ficam até altas horas fazendo barulho.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1575

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Haiti, Rio Verde, os quais solicitam a retirada do mato e lixo das valetas. Segundo os moradores, funcionários da Prefeitura fizeram a limpeza do mato em volta das valetas e jogaram tudo que foi retirado dentro das mesmas.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1576

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Haiti, Bairro Rio Verde, os quais solicitam a implantação de anti-pó. A poeira é insuportável.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1577

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua São Felipe, n° 47 - Ca-

Juru. A mesma pede providências com relação ao esgoto em frente à sua residência, pois o mesmo foi feito de maneira irregular e quando chove, ocorre entupimento e estoura no quintal da sua casa.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1578

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Matinhos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Balneário Solimar, os quais solicitam a limpeza do rio.

Os moradores reclamam que devido à sujeira, quando chove a água invade as suas residências.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1579

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Germano Becker, no Bairro Alto. Os moradores já fizeram este pedido há dois anos atrás, mas não obtiveram nenhuma resposta.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de um novo prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia do Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Orlando Romeiro, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, 160); a Vereadora Almerinda Serafim Borges, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160 - CEP: 87.270-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Ed. Centro Comercial, Conj. 101, CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Vereadora Almerinda

Serafim Borges, a proposta para a construção de um novo prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia local, pretende suprir as deficiências nas instalações, uma vez que o prédio encontra-se em péssimo estado de conservação, dificultando sensivelmente o eficiente trabalho daquele organismo.

REQUERIMENTO N° 1588

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Luiz Antonio Fayet, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a instalação de uma agência do BANESTADO S/A., no Município de Alto Paraná, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, 07.06.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Alto Paraná encontra-se em franco desenvolvimento. Já conta com a boa infra-estrutura de comércio e indústria, e toda a base econômica para abrigar uma agência do BANESTADO S/A.

Está prestes a ser inaugurado um cur-tume com capacidade para beneficiamento de 1000 couros/dia, com tecnologia de primeiro mundo, constituído no mais moderno do País.

Para uma empresa de tal porte, se faz necessário uma agência do Banco do Estado no Município.

Nos municípios vizinhos e de menor representatividade já existe agência do BANESTADO, enquanto que Alto Paraná, com grandes indústrias, está desprovida desta casa bancária.

A pretensão vem de encontro aos interesses da população de Alto Paraná e do governo paranaense.

REQUERIMENTO N° 1593

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa, envio de expediente aos Ministros da Justiça, Exmo. Sr. Nelson Jobim, e Relações Exteriores, Ministro Luís Felipe Lamprea, sobre resposta e esclarecimentos solicitados por este Poder Legislativo, em outubro último passado, conforme protocolo n° 10.861, de 20 de outubro de 1994; cópia anexa.

Tal pedido visou elucidar o exato posicionamento do governo brasileiro face aos documentos encaminhados em 1° de setembro de 1994 ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, subordinado ao Ministro da Justiça. Documentos que denunciavam agressões sofridas pelos cientistas brasi-

leiros, Norberto da Rocha Keppe e Cláudia de Souza Pacheco, em 25/06/88 quando foram presos em Nova York, Estados Unidos, no aeroporto J.F.Kennedy, sem mandado de prisão ou qualquer outro procedimento que justificasse sua prisão e, posteriormente torturas no cárcere, conforme salienta referida documentação.

Na ocasião, indagou-se também sobre a atuação do Ministério de Relações Exteriores frente ao caso, inquirindo sobre as providências tomadas oficialmente, bem como se houve alguma investigação do Itamaraty sobre as denúncias de envolvimento de agentes consulares do Brasil, em Nova Iorque, no caso relatado pelos cientistas.

Em 20 de outubro p.p., juntamente com o pedido de esclarecimentos, foi anexado cópia da representação feita à Procuradoria Geral da República. Todavia, até o momento, esta Casa não recebeu qualquer resposta.

Cumprе ressaltar que, nos países europeus o caso tem repercutido, tendo representantes de governo, com o maior destaque os Poderes Legislativo se manifestado ao Presidente norte-americano Bill Clinton, e ao Procurador Geral dos Estados Unidos, Janet Reno, requerendo anulação do processo contra os dois cientistas brasileiros, conforme cópias de fax inclusos. E neste aspecto sobressai grave omissão do governo brasileiro.

Norberto Keppe e Cláudia Pacheco pretendem retornar ao Brasil, em 22 de junho, para, em São Paulo, na Assembléia Legislativa, participarem do debate acerca do tema "Liberdade e Consciência", no dia que perfaz sete anos da luta do governo americano contra Keppe e Pacheco.

Portanto, urge uma resposta do governo brasileiro, até para que possam regressar com segurança, no gozo integral de seus direitos de cidadãos, os aludidos cientistas, visto que correm risco de serem detidos por policiais norte-americanos em terras brasileiras.

Dada a gravidade da situação e a proximidade de retorno do casal à sua pátria, reiteramos uma reposta, com urgência.

Sala das Sessões, em 07.06.95

(aa) ANGELO VANHONI
EMERSON NERONE
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Senhores José Eduardo de Andrade Vieira (Ministro da Agricultura) e Paulo Cesar Ximenez (Presidente do Banco do Brasil), solicitando

providências quanto à agilização da liberação de novas linhas de crédito, bem como a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.95

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Cleiton Kielse, Luiz Cláudio Romanelli, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri, Augustinho Zucchi, Péricles Mello, Sérgio Spada, César Seleme, Algaci Túlio, Nereu Alves de Moura, Edson Silva Lino, Rossoni, Caíto Quintana, Ricardo Chab, Milton Puppio, Angelo Vanhoni, Walmor Trentini, José Tavares, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Orlando Pessuti e Edgard Bueno.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pela minha recente estada no Município de Ubatuba-PR, onde tive a oportunidade de participar de um Movimento de protesto contra a atual política econômica em favor da agricultura, manifesto este com o nome de "Reagir para Sobreviver".

Os produtores sob a coordenação da COAGRU - Cooperativa Agrícola de Ubatuba-PR, realizaram dois dias de protesto, reunindo centenas de tratores e demais equipamentos, reivindicando melhores condições, para que continuem a desenvolver suas atividades agrícolas, solicitando junto ao governo que sejam tomadas medidas emergenciais quanto à taxa referencial (TR), crédito rural, armazenagem, importações, etc.

As propostas que o Ministro da Agricultura disse estarem em andamento, tais como: renegociação da dívida, recursos especiais para o pequeno produtor para plantar a nova safra e outras medidas visando melhorar as condições dos agricultores ainda não chegaram ao interior, principalmente ao Banco do Brasil.

Contamos então com a colaboração dos nobres Pares, com assento neste Poder Legislativo, para a aprovação do requerimento em questão e seu posterior encaminhamento, a fim de que estas normas sejam mais ágeis e mais práticas, e também que cheguem às agências do Banco do Brasil, não só as normas, mas também o sentimento e o desejo com que são elaboradas, e desta forma solucionar o problema da maior indústria a céu aberto e, conseqüentemente a de maior risco.

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimen-

tais REQUEREM, após ouvido o Plenário seja, enviado pedido de informações ao Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, quanto ao que segue:

1 - Quantas empresas possuem contrato com cimenteiras do Paraná para queima de resíduos?

2 - Que tipo de produtos estas empresas produzem na origem?

3 - Que tipo de resíduos estas empresas enviam para a queima nas cimenteiras do Paraná?

4 - Qual a quantidade de resíduos utilizados nos testes?

5 - O Instituto Ambiental tem monitorado as cimenteiras?

5.1 - Em que condições e quais os resultados destes monitoramentos?

5.2 - Quantos funcionários o IAP dispõe para estes monitoramentos?

5.3 - Este pessoal possui a qualificação necessária para desempenhar estas funções?

5.4 - Este número é suficiente?

5.5 - Os equipamentos utilizados são adequados e suficientes?

6 - Existem estudos científicos, com resultados conclusivos e comprovados, sobre a viabilidade e as consequências do aproveitamento de resíduos na indústria de cimento? Quais são estes estudos?

Tal pedido se justifica diante de ampla divulgação na imprensa de circulação nacional, sobre os danos ambientais causados pela queima de resíduos, em particular de origem industrial, em cimenteiras.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor-Presidente da TELEPAR!

1 - Como se encontra o cumprimento dos contratos já vencidos para a instalação das linhas?

2 - Como se encontra o cumprimento dos contratos a vencer, adquiridos junto ao Consórcio de Empresas?

3 - Qual o tempo necessário para a instalação de todos os contratos já firmados?

4 - Qual o motivo do descumprimento dos contratos firmados?

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) RICARDO CHAB

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI N° 209/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP, é uma entidade de duração indeterminada, visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica, como: estudo e administração municipal na região, e sugerir a reforma através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-lhes ênfase especial aos serviços fazendários e ao treinamento e aperfeiçoamento dos serviços municipais; estudar e sugerir a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando sua uniformização aos municípios associados.

A documentação anexa ao plano de lei atende aos requisitos exigidos pela Lei n° 6.994, de 12 de janeiro de 1978, que regulamentava a matéria, razão pela qual temos certeza receberá o apoio dos nobres Pares desta Casa a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 210/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS, produtos, equipamentos, aparelhos e medicamentos de uso exclusivo de clínicas e hospitais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) JOAO TECHY

JUSTIFICATIVA:

Estamos verificando a falência das unidades de saúde do Estado. Registramos a cada dia o aumento no número de atendimento ambulatorial com a consequência imediata aos paciente, que diante da precariedade encontrada, muitas vezes não dão prosseguimento ao tratamento necessário ocasionando-lhes futuras e sérias consequências.

As unidades de saúde localizadas no interior do Estado sobrevivem dos poucos recursos destinados pelo SUS ou pelas Prefeituras, sendo-lhes impossível investimento em melhorias e equipamentos. Diante deste quadro começam-se os gravames de procedimento, remetem os pacientes aos

grandes centros superlotando os hospitais maiores, que hoje estão a beira da desativação de seus trabalhos em consequência da grave crise financeira vivida pelo setor.

Podemos registrar que os municípios de porte pequeno e médio estão investindo mais no transporte no setor de saúde com aquisição de ambulâncias, a conta da economicidade municipal deixando de realizar os investimentos necessários. Esta atitude é completamente justificável diante da situação de penúria que se encontram as nossas Prefeituras.

O projeto proposto visa dar condições de barateamento no custo das ações das unidades de saúde. As mesmas com esse pequeno incentivo podem começar a investir em infra-estrutura e melhorias, visando sempre o melhor atendimento ao cidadão.

PROJETO DE LEI N° 211/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com sede à Avenida Moisés Lupion n° 809, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC sob n° 80.900.657-0001-44, entidade associativa de caráter assistencial, sem fins lucrativos, organizada com a finalidade de proporcionar às pessoas deficientes, sejam elas portadoras de defeitos e incapacidade física congênita ou adquirida, sem distinção de raça, cor, condição social, credo ou político, com objetivo de garantir sua integração à sociedade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me leva a apresentar o presente projeto de lei, pelo fato de ter sido procurado no ano passado por pessoas integrantes da Diretoria da Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, mas na oportunidade a lei que estabelece normas para declaração de Utilidade Pública de entidades interessadas, não nos permitia, tendo em vista a criação e funcionamento da AGODEF.

Mas, já agora, estando esta entidade enquadrada nas normas legais, considerando tratar-se de uma entidade que não remunera sua diretoria, nem ao menos tem fins lucrativos, respeitando e observando sua finalidade e benefícios que trará aos deficientes físicos do Município de Goioerê, com obtenção de recursos oriundos de orga-

nismos do Estado e da União, como a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e Legião Brasileira de Assistência, faço necessário apresentação do presente projeto de lei.

Vale ressaltar que, o envio de recursos por parte desses órgãos assistenciais, necessita, obrigatoriamente, que a AGODEF apresente a lei que declarou de Utilidade Pública a entidade, cujos recursos serão revertidos em benefícios de seus associados, na aquisição de cadeiras de rodas, aparelhos e demais tratamentos de saúde, que porventura mereça quaisquer de seu associado.

Como pode observar esta edilidade, a AGODEF encontra-se habilitada a ser declarada de Utilidade Pública.

Portanto, Senhor Presidente, solicito, preliminarmente o acatamento à presente proposição por parte das comissões permanentes, e, posterior e finalmente por parte do Plenário, que por certo há de provar a presente iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 212/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São beneficiários do vale-transporte, nos termos da Lei n° 9490, de 21 de dezembro de 1990, os servidores públicos estaduais da Administração Pública Direta e Indireta, tais como:

I - Os servidores públicos estaduais em regime único, beneficiados pela Lei 10.219, de 21 de dezembro de 1992;

II - Os servidores públicos estáveis;

III - Os servidores públicos não estáveis;

IV - Os servidores públicos em cargos comissionados.

Art. 2° - O vale-transporte constitui benefício que a Administração Pública Direta e Indireta poderá antecipar ao servidor público estadual para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1° - Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais modos de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Art. 3° - O vale-transporte é aplicável a todas as formas de transporte coletivo público urbano, ou ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo Poder Público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

Parágrafo Único - Excluem-se do dispositivo do "caput" deste artigo os serviços seletivos e especiais.

Art. 4º - A aplicação do benefício do vale-transporte aos servidores públicos estaduais, dependerá, em qualquer caso, de previsão orçamentária na forma da legislação específica.

Art. 5º - É vedado à Administração Pública Direta ou Indireta substituir o vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

Parágrafo Único - No caso da falta ou insuficiência de estoques de vale-transporte necessários ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido pela Administração Pública Direta ou Indireta, na folha de pagamento imediata, da parcela que a este couber, quando efetuar, por conta própria, a despesa de seu deslocamento.

Art. 6º - O vale-transporte, no que se refere à contribuição da Administração Pública Indireta:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer fins;

II - Não substitui base de incidência de contribuição previdenciária;

III - Não configura rendimento tributário do beneficiário.

Art. 7º - Para fazer jus ao vale-transporte, o servidor público estadual deverá indicar por escrito à Administração Pública Direta ou Indireta:

I - seu endereço residencial;

II - os serviços e modos de transporte que considerar mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1º - A indicação deverá ser atualizada, no caso de alteração das condições dos itens deste artigo.

§ 2º - O beneficiário firmará compromisso de utilizar vales-transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º - A declaração inexata que induza a Administração Pública Direta ou Indireta em erro ou em uso indevido dos vales-transporte, constituirá falta grave, ensejando a punição do infrator na forma da legislação específica.

Art. 8º - Não se concederá vale-transporte:

I - Ao servidor que manifestar por escrito não desejar usufruir do benefício;

II - Independentemente de manifestação, a servidor que tenha direitos adquiridos superiores aos vales-transporte, concedidos pela Administração Pública Direta ou Indireta;

Art. 9º - Fica vedado a cumulação do

benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário.

Art. 10 - O vale-transporte será custeado:

I - pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pela Administração Pública Direta e Indireta, no que exceder à parcela do beneficiário.

§ 1º - A concessão de vale-transporte a servidores públicos estaduais autoriza a Administração Pública Direta ou Indireta a descontar, independente da anuência do beneficiário, a parcela de 6% (seis por cento).

Art. 11 - O desconto da parcela do beneficiário será feito proporcionalmente ao número de vales-transporte concedidos para o período a que se refere o pagamento do salário ou vencimentos e por ocasião deste, salvo estipulação em contrário que favoreça o beneficiário.

Art. 12 - Nos casos em que a despesa com o deslocamento do beneficiário se situe aquém de 6% (seis por cento) de seu salário, a Administração Pública Direta ou Indireta poderá antecipar os vales-transporte e descontar do salário do beneficiário os valores dispendidos com sua aquisição.

Art. 13 - Para efeito de cálculo da parcela com que o beneficiário concorrerá para o custeio de seu transporte, serão observadas as seguintes regras:

I - O cálculo da parcela de 6% (seis por cento) incidirá sobre o salário básico;

II - Quando se tratar de remuneração constituída de comissão e gratificações, o cálculo incidirá sobre o salário percebido no mês.

Art. 14 - As antecipações ou abonos por conta de futuro reajuste salarial do servidor público estadual, não serão consideradas para fim de cálculo da parcela de custeio correspondente ao beneficiário.

Art. 15 - O benefício do vale-transporte cessará:

I - Por desistência do beneficiário, desde a data de manifestação escrita;

II - Por extinção da relação estatutária.

Art. 16 - A empresa operadora do sistema de transporte coletivo fica obrigada a emitir e a comercializar o vale-

-transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição da Administração Pública Direta ou Indireta e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

Art. 17 - Caso o modelo de remuneração dos serviços adotado pelo poder concedente envolva centralização de receitas operacionais por este ou por quem dele receber delegação, caberá a quem centralizar tais receitas, a emissão e comercialização dos vales-transporte.

§ 1º - O poder concedente ou órgão de gerência da jurisdição dos serviços, respeitada a legislação federal, exercerá sua competência através da edição de normas complementares de operacionalização do sistema Vale-Transporte, acompanhando o funcionamento e efetuando o respectivo controle operacional.

§ 2º - Fica vedada a emissão e comercialização de vale-transporte, simultaneamente pelo poder concedente e empresas operadoras.

Art. 18 - Para cálculo do valor do vale-transporte, será adotada a tarifa integral, relativa ao deslocamento do beneficiário, por um ou mais modos de transporte, mesmo que a legislação local preveja descontos parciais ou totais, para a categoria em que se enquadrar o beneficiário.

Art. 19 - A vedação de repassar custos de emissão e comercialização do vale-transporte permanece mesmo nos casos de delegação ou de transferência dessas atribuições.

Art. 20 - No caso de delegação da emissão e comercialização do vale-transporte pelas empresas operadoras, essas submeterão previamente ao poder concedente ou órgão de gerência os instrumentos de delegação ou de constituição de consórcio para fins de aprovação dos procedimentos a serem instituídos.

Parágrafo Único - As empresas operadoras permanecerão solidariamente responsáveis com a pessoa jurídica delegada ou pelos atos de consórcio em razão de eventuais faltas de serviço que venham a ser cometidas por essas pessoas.

Art. 21 - A pessoa jurídica responsável pela comercialização dos vales-transporte, adotará as providências cabíveis para facilitar sua aquisição pelas pessoas jurídicas de direito da Administração Direta ou Indireta do Estado.

§ 1º - A pessoa jurídica responsável deverá manter estoques suficientes para atendimento da demanda dentro de nível de segurança capazes de impedir a ocorrência

de falta ou insuficiência de vales-transporte.

Art. 22 - A venda dos vales-transporte será comprovada mediante emissão de recibo numerado em sequência pela pessoa jurídica vendedora, em 2 (duas) vias, das quais uma ficará com a compradora - com identificação do período de referência, números de vales-transporte vendidos e a beneficiários a que se destinam, o nome e o endereço da compradora e seu CGC/MF.

Art. 23 - O vale-transporte poderá ser emitido conforme as peculiaridades e as conveniências locais, para a utilização por:

- I - Linha;
- II - Empresa;
- III - Sistema ou outros níveis recomendados pela experiência local.

Art. 24 - O vale-transporte poderá ser emitido em forma de bilhetes, talões, cartelas ou outra forma que melhor convir à segurança e facilidade de distribuição pela pessoa jurídica responsável pela emissão e comercialização.

§ 1º - A pessoa jurídica responsável pela comercialização do vale-transporte, deverá publicar semanalmente demonstrativos dessa atividade.

§ 2º - As empresas operadoras ficarão obrigadas a manter permanentemente sistema de registro e controle do número de vale-transporte emitidos, comercializados e utilizados.

Art. 25 - O poder concedente fixará sanções a serem aplicadas à empresa operadora que comercializar o vale-transporte diretamente ou através de delegação, na falta ou insuficiência de estoque necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Remy Borsatto, Irondy Pugliesi, Angelo Vanhoni, Edgard Bueno, Nelson Justus, Beto Richa, Cesar Seleme, Elío Rusch, Albanor Gomes, Joel Coimbra, Emerson Nerone, Nelson Garcia e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, dispõe sobre a Lei 9.490, de 21 de dezembro de 1990, que institui o Vale-Transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.

Essa lei segue os parâmetros das Leis Federais nº 7418/85 e 7619/87 e ainda do Decreto 95.247, de 17 de novembro de 1987.

Embora já exista legislação estadual sobre o vale-transporte, esse benefício não chegou a ser implantado, vindo isso, em muito prejudicar o Servidor Público Estadual, pois o benefício atualmente, apenas atingiu, em nosso Estado, o servidor público federal e os demais trabalhadores, de modo geral.

Num país como o nosso, onde as obrigações do cidadão são muitas e os direitos são poucos e raramente cumpridos, não poderíamos, na qualidade de representantes do povo paranaense, deixar lacuna tão prejudicial ao nosso servidor público.

O item transporte dentro do orçamento do trabalhador é um dos que mais pesa, tornando-se assim, indispensável que tal fardo seja-lhe aliviado.

O trabalho humano beneficia não apenas ao próprio homem, como figura singular, mas beneficia, principalmente, a sociedade como um todo. Por tal razão, temos o dever de zelar pelos direitos daqueles que labutam, emprestando ao Estado parte de sua vida. Este zelo não deve se limitar apenas em legislar sobre tais direitos, mas primordialmente em fazer cumprir a legislação.

Assim, esperamos a compreensão e o apoio dos demais Pares desta Casa, na imediata aprovação deste Projeto, que a seguir seguirá à apreciação do Senhor Governador do Estado, que com seu espírito de justiça, por certo o sancionará.

PROJETO DE LEI Nº 213/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Alimentação do Trabalhador Rural Volante, a ser desenvolvido pelo Governo do Estado através de convênio com os municípios.

Art. 2º - O Programa fornecerá diariamente uma refeição matinal aos trabalhadores rurais volantes cadastrados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - Caberá à Prefeitura Municipal o processamento dos alimentos.

§ 2º - As refeições serão entregues nos tradicionais locais de encontro dos trabalhadores rurais volantes.

Art. 3º - Os alimentos que serão utilizados no Programa serão oriundos dos programas de abastecimento municipal e estadual.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O "bóia-fria" muitas vezes vai ao trabalho sem ter se alimentado. Resulta disso a ocorrência de muitos acidentes durante o trabalho.

A oferta de uma refeição matinal contribui para enfrentar o problema. Instituir programa estadual com este objetivo é a intenção do nosso projeto de lei. Confiamos poder contar com o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores visitantes.

Na última semana, em nome deste Poder Legislativo, em nome do Senhor Presidente Aníbal Khury, estivemos representando este Governo do Estado do Paraná, através deste Poder, na reunião do Conselho Parlamentar do Sul, realizado na belíssima Capital de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis.

E lá fomos levando em mãos conjuntamente com o Diretor desta Casa, Diretor de Divulgação, Rafael de Lala, para que o Paraná, conjuntamente com Rio Grande do Sul, com Santa Catarina e Rio Grande do Sul se atualizassem naquilo que realmente é do interesse de nós todos, qual seja, a parte deste quadrante da Nação ser atendida pelos reclamos e principalmente pelos fatos como nós somos discriminados no que concerne a distribuição das verbas federais.

De perto, com os dados ofertados pela exportação e importação deste Paraná, pelos números conferidos em Santa Catarina, que é um Estado eminentemente agropecuário igual ao nosso, e ainda mais a somatória daquilo que o Rio Grande do Sul avaliava e Mato Grosso do Sul, pudemos sentir que realmente nesses primeiros meses do MERCOSUL, muita coisa ainda tem que ser realmente redirecionada, melhor analisada e principalmente melhor colocada.

Pois vejamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, o MERCOSUL veio à agricultura e a pecuária do Paraná como um alento trazendo os números nossos, antes de ser aberta a nossa fronteira, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 94, trazendo na importação e na exportação dos produtos da agricultura e da pecuária paranaense aonde demonstrava que tão somente pelo Porto ou pela aduana de Foz do Iguaçu passava na importação a nós paranaenses e brasileiros aqui radicados, o percentual de 99% de importação dos produtos da pecuária e da agricultura do Paraná e exportávamos tão somente pela mesma aduana de Foz do Iguaçu, 1%.

Aberta a fronteira no dia 01 de janei-

ro de 95, com a isenção de inúmeros produtos ofertados naquela listagem da Receita Federal, da isenção tributária, foi o Paraná no mês de janeiro, fevereiro e março, pela mesma fronteira nossa, tivemos neste período a importação novamente de 94,9% de produtos da agricultura e da pecuária dos nossos países co-irmãos e exportamos tão somente pela aduana de Foz do Iguaçu, de tudo aquilo que o Paraná produz, somente 5.1 percentual em valores dos cem por cento de importação e exportação.

Levado este número ao Conselho Parlamentar do Sul, somado ainda a exportação de janeiro, fevereiro e março pelo nosso Porto de Paranaguá, ainda da importação da agricultura e da pecuária do Estado, tivemos um percentual de 20.6 e a exportação o Paraná sendo um dos maiores celereiros de grãos deste País, tivemos tão somente a exportação de 79.4.

Somando tudo isto os dois lados da nossa fronteira, verificamos que muito pouca coisa de prático realmente tivemos nessa iniciação do MERCOSUL e se nessa parceria pudemos sentir que o Rio Grande, que Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná estão sendo penalizados pelo Governo Central desta República.

Os fatos trazidos naquela oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aonde o Paraná, qu mais precisamente a região Sul toda nossa, é agraciada no Orçamento da União com tão somente 9% da capacidade de investimento da Nação no Sul do País, quando o Nordeste este mesmo percentual ascende à ordem de 31%, e ainda o sudeste do Brasil tendo uma capacidade de investimento do orçamento Nacional na ordem de 36,27%

A disparidade de números, a falta de capacidade de investimento do Governo Federal desses quatro Estados, faz com que o desemprego, o desalento e, principalmente os meios pelos quais escoar a produção dos quatro Estados, não tenhamos investimentos do Governo Central nesta parte do quadrante do País. Temos no orçamento tão somente alocado seis quilômetros na ligação entre Curitiba e São Paulo, e não temos mais nada da capacidade de investimento Federal no setor nosso do Paraná.

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer depois de tudo isso exposto, os Senhores Presidentes dos Quatro Paramentos tiveram com o ilustre Governador Paulo Afonso de Santa Catarina, a somatória de todos os Governadores, a esperança de que os Senadores, e mais ainda as Bancadas Federais dos quatro Estados possam, de perto, e junto ao Governo maior dessa República, sensibilizar não tão somente os segmentos que estão desassistidos nos quatro Estados, nem tão somente a

agricultura, e muito menos a pecuária, mas procurando a industrialização, o emprego e o gerenciamento da subsistência das nossas famílias, nós quatro, irmanados, estaremos junto ao Governo Central dessa República com todas as representações oferecendo aquilo em número de que o sul realmente muito mais contribui e muito menos recebe a cada orçamento do Governo Central.

Foi no passado, é no presente, e não podemos deixar que no futuro também aconteça o que é o exemplo de hoje.

De nada adianta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Paraná fazer realmente grande parte da produção desse País, de nada adianta o Paraná ter produtos industrializados como Santa Catarina, como o Rio Grande do Sul, de nada adianta termos dois Ministros no Governo Maior desta República, o que muito nos honra, e realmente nos serve no atendimento a toda classe política e, principalmente à família paranaense e a família do Sul do País; mas muita coisa ainda falta para que possamos realmente, o Sul do País, ter essa atenção devida.

E estaremos junto ao Presidente, levando os números, levando as solicitações, levando os reclamos, e levando as aspirações daqueles que realmente acreditam que o País ainda tenha uma saída.

Terminando, Senhor Presidente, agradeço uma vez mais o deferimento deste Plenário de ter nos legado através da Mesa Diretora essa parceria, que muito nos honra na representação do Conselho Parlamentar do Sul.

Encerrando, estivemos juntos, a imprensa de Santa Catarina, a Associação Catarinense de Imprensa, que de pronto e sollicitamente está emanada na campanha para levantar a bandeira do sul do País para fazer com que as reivindicações realmente venham a ser atendidas.

Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mais uma vez a Tribuna desta Casa, principalmente quando nós estivemos na última semana inaugurando várias obras na região da CONCAN, e principalmente com a presença do nosso Secretário da Agricultura, Hermas Brandão.

Um Secretário que vem fazendo um grande trabalho com os seus projetos, principalmente para desenvolver a nossa Agricultura e dando apoio ao pequeno agricultor.

No programa do Governo Jaime Lerner nós estivemos no município de Mameré inau-

gurando seis obras, estivemos inaugurando cinco obras no município de Corumbataí do Sul. E, Sr. Presidente, hoje vemos uma situação muito difícil, neste País, e nos alegamos muito quando vemos Prefeitos que sabem administrar recursos de seus municípios.

Srs. Deputados, o que vemos hoje, que muitas prefeituras estão em má situação, é o cabide de emprego, onde referente à receita os prefeitos não poderiam utilizar mais do que 35, 40%, para poder fazer as obras que a comunidade reivindica. O que ocorre, na maioria das vezes, é que os prefeitos já estão com 65%, 70% das suas arrecadações comprometidas com a folha de pagamento. E hoje, em época de crise, nós vemos muitos prefeitos fazendo obras de suma importância para suas comunidades. Agradecemos à região da Concan, principalmente aos 18 prefeitos que estiveram junto com o nosso Secretário, levando a solidariedade, o companheirismo, e acreditando no Governo, no Secretário, que quer fazer da nossa Agricultura, hoje, um exemplo. Este Governo, este Secretário não querem mais ver um agricultor de 2 alqueires, de 5 alqueires, de 10 alqueires, eles querem que eles fiquem nas suas terras, que não vendam as suas terras! Exemplo está aí, as estradas rurais, são coisas que vão beneficiar o pequeno agricultor, beneficiando o pequeno agricultor está beneficiando o nosso jovem, o nosso estudante, para um desenvolvimento maior.

E vemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa de Leis, tanto as pessoas aqui hoje, nossos irmãos, nossos companheiros, lá do interior, que querem, muitas vezes um pedaço de terra, para trabalhar, para dar sustento às suas famílias. Pessoas que realmente querem ajudar a construir este Brasil. E tenho certeza que com a sensibilidade do Governo do Paraná, estamos começando um Paraná novo, um Paraná que há muitos anos deixou de se preocupar com o futuro de nossos filhos, um Paraná que deixou de se preocupar com o futuro do nosso trabalhador. Mas hoje a história está começando, é um Paraná novo, apenas deveremos ter paciência, porque estamos numa recessão, numa crise muito grande.

Para finalizar, hoje vemos estas pessoas que nos honram com suas presenças, esta Casa de Leis dará todo apoio a vocês, naquilo que precisam, um pedaço de terra a vocês, vocês merecem!

Porque na nossa política, do Nelson Tureck, que já foi Vereador e Prefeito do Município de Luisiânia, para nós não tem preto, não tem branco, não tem pobre e nem rico, somos todos iguais, temos o mesmo coração e todos nós somos filhos de Deus!

Portanto vamos acreditar no nosso Go-

verno do Estado do Paraná, no nosso Presidente da República, para que façam as renovações que este Brasil precisa, para que tenhamos uma vida melhor e mais decente neste Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PERICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a tribuna desta Casa na tarde de hoje para saudar em nome do PT os lavradores, os pequenos produtores, parceiros, meeiros, trabalhadores rurais, enfim que nos dão a honra de sua presença hoje aqui, lutando pelos seus direitos a nível nacional no II Grito da Terra.

Todos os que conhecem minimamente a história do Brasil sabem que desde as origens da nossa história coube aos lavradores a maior parcela de trabalho para construir uma sociedade e ao mesmo tempo a maior parcela de sofrimento.

Quando a terra era livre e as cercas não existiam, o homem era escravo. Em 1850 antes de libertar os homens se instituiu através da Lei das Terras o cativo da terra para que homem livre sendo pobre não pudesse ter a terra, porque a terra passava de ter um preço e um preço caro só os que tinham dinheiro podiam comprar.

Durante toda a República Velha passando inclusive por Vargas, que sem dúvida no período do seu governo, alguns benefícios foram dirigidos à classe operária nas cidades, mas o lavrador nem sequer o direito a aposentadoria tinha, nem sequer o direito ao salário mínimo que foi conquistado muito tempo depois.

Toda política agrícola, principalmente a partir da revolução - Golpe Militar de 64, instituiu a chamada Modernização Conservadora, porque modernizou a agricultura, aumentou a produtividade da terra e a produção de grãos, mas preservou agravando ainda mais a trágica e absurda concentração da propriedade da terra em nosso País.

Hoje, parece mentira, mas são dados reais, 1% dos grandes proprietários são donos da metade do território do Brasil. Enquanto isso a cada dia, a cada mês e a cada ano milhares de camponeses perdem seus pequenos pedaços de terra por não ter condições de produzir e trabalhar.

Isso precisa ter um fim, mas os trabalhadores sabem muito bem que quem vai dar esse fim a esse sofrimento não é o modelo neo-liberal que se instalou no Brasil, pelo contrário, o que esse modelo tem feito é agravar ainda mais a situação já difícil dos trabalhadores rurais.

Se percorrermos o Paraná nas regiões

ainda de tradição de pequena agricultura, como a região Sul, Sudoeste, Oeste do Estado nós vamos verificar que a cada dia dezenas, centenas de lavradores estão abandonando tudo o que têm e estão vindo para cidade, porque não têm condições mais de produzir, tal a política desse governo.

Pois bem, os trabalhadores sabem que só eles serão capazes através da sua organização, do fortalecimento dos seus sindicatos, da radicalidade dos movimentos sociais, só eles serão capazes de fazer as transformações que o Brasil necessita, uma Reforma Agrária que tem não apenas uma função econômica, uma função econômica porque vai aumentar principalmente a produção de alimentos porque é o pequeno produtor que produz alimentos, uma função social porque vai gerar empregos e nós sabemos que o custo de emprego na agricultura é muito menor do que o custo de emprego na indústria ou no setor têxtil, mas tem também uma função política porque terra é poder.

A Reforma Agrária, além de ter uma função econômica e social, tem uma função política porque distribui o poder e democratiza o poder. O Grito da Terra reivindica com profundidade e com radicalidade, mas sabem os lavradores que não basta a distribuição da terra se não houver uma alteração profunda e radical da política, uma política voltada ao pequeno agricultor, uma política de preços mínimos e crédito subsidiado sem burocracia com subsídio real ao pequeno produtor para que ele possa permanecer produzindo.

A política agrícola é o segundo ponto da pauta de reivindicações do movimento "Grito da Terra" e outras questões que, depois de tanta dificuldade para se conseguir algumas vitórias, o neoliberalismo e o poder dominante tentam aniquilar, que é a questão da previdência social. Nós sabemos o quanto é difícil para um trabalhador rural se aposentar, porque não tem documento para provar nos fóruns das comarcas das cidades, muitas vezes que ele trabalhou na roça e mesmo assim, esse mínimo direito que tem o trabalhador, o sistema que está aí, ainda quer tirar.

Essas reivindicações fundamentais merecem um total apoio a irrestrita solidariedade do Partido dos Trabalhadores e nós temos certeza que saberá sensibilizar e chegar aos ouvidos e aos sentimentos dos Deputados dessa Assembléia e dos políticos do Brasil inteiro. Continuem companheiros nessa luta. Nós sabemos que a radicalidade é necessária. Um operário da cidade, tem poder, porque quando ele faz uma greve para aumentar o seu salário, ele impinge um prejuízo ao patronato. O lavrador não tem esse recurso. Apenas o assalariado rural

tem esse recurso. Qual o recurso que tem o lavrador para fazer valer os seus direitos, se não a radicalidade do seu movimento? Ninguém tem ilusão se não mudar esse país, se não houver uma reforma agrária, se continuar a atual política agrícola mantendo o camponês, a radicalidade do movimento vai crescer, porque não há outra alternativa para os camponeses do Brasil inteiro, a não ser a radicalidade desse movimento.

Levem de nós, nessa tarde de hoje, o nosso carinho e o nosso apoio à luta de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia aprovou o requerimento do Deputado Vanhoni, solicitando um espaço para que as lideranças dos "sem-terra" pudessem falar nesta Casa.

Consulto o Deputado Vanhoni se devemos ouvi-los agora ou mais tarde. Parece que pretendem viajar.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, seria importante que os representantes dos pequenos agricultores, barrageiros e dos assentamentos do Paraná, pudessem fazer uso da palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Afonso Kamer, durante dez minutos.

O SR. AFONSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e em especial aos nossos colegas pequenos agricultores que estão nessa plenária. Essa exposição será dividida entre eu Afonso Kamer e a Salete. Represento a executiva da CUT estadual e a Salete, pelo Movimento de Mulheres Agricultoras.

Vamos dividir o nosso tempo para fazer essa exposição. Queremos dizer que esse 2º "Grito da Terra Brasil", está sendo realizado nestes dias em todos os Estados do País e - ao mesmo tempo - os pequenos agricultores estão concentrados em Brasília, reivindicando aquilo que é do nosso interesse.

Aqui nós temos 2.500 pessoas vindas de todas as regiões do Estado, pequenos agricultores assentados, acampados e também aqueles que têm problema de indenização nas barragens, são essas as pessoas, pequenos agricultores que estão representados aqui nessas 2.500 pessoas, desde segunda-feira, concentrados na Capital e por tempo indeterminado.

Essa mobilização no Estado do Paraná e também a nível nacional está sendo organizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura, pela CUT, pelo Movimento dos Sem Terra, pelos atingidos por barragens, pelo Movimento de Mulheres Agricultoras e

pela Comissão Pastoral da Terra.

Já em 1992 nos concentramos na Capital do Estado, com o "Movimento Salve a Agricultura". E, naquela ocasião, nos pronunciamos nesta Assembléia. Em 1993 foi a vez do "SOS - Vida". Em 1994 o primeiro "Grito da Terra Brasil" e agora em 1995 o segundo "Grito da Terra Brasil". Para reivindicar, principalmente, política agrícola adequada ao pequeno agricultor, ao agricultor no regime de economia familiar. E nós sabemos que essa agricultura depende de uma política agrícola diferenciada. Porque, em continuando o pagamento do juro pleno, o pequeno agricultor está, realmente, fadado a desaparecer.

O pessoal dos assentamentos irregulares e também os excedentes, que com todos os problemas de infra-estrutura, também estão aqui reivindicando todo esse tempo. Então esse, basicamente, é o público que está aqui presente. E chamo a atenção aos Deputados desta Casa, da situação enfrentada pelos pequenos agricultores. Só de um ano para cá, desde o lançamento do Plano Real, quem produz soja, milho, ovos, leite e aves, suínos, arroz e feijão que são os alimentos básicos na mesa do povo brasileiro - perdeu entre 30 a 40% do preço do produto. É uma situação muito séria e se não tivermos uma política agrícola diferenciada, realmente neste ano e nestes próximos anos, uma camada muito grande de pequenos agricultores deixarão a roça para tentar a vida na cidade. E nós sabemos que o problema se agrava ainda mais.

Da minha parte espero, nós esperamos e o povo todo espera uma posição dos Deputados que estão nos presenciando neste momento com relação às nossas reivindicações à pauta que será colocada pela companheira Salete. E, por último, dizer que este povo se sente honrado e gratificado por poder participar desta Sessão, vivendo a democracia. Então estamos felizes por podermos assistir a esta sessão composta por Deputados que este povo elegeu.

É evidente que houve uma revolta da nossa parte pela colocação do portão de ferro impedindo o acesso. Houve revolta mas foi contornada e o pessoal, não aceitando senha, só quis participar e estar aqui presente. Teve que lutar para isso, mas, conseguiu. E vai assistir com toda dignidade, com toda humildade esta sessão e esperamos, portanto, a colocação, a compreensão e a posição dos Deputados desta Casa de Leis favorável às nossas reivindicações que serão colocadas pela companheira Salete.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaríamos de deixar algumas considerações sobre o assunto.

Aqui nesta Casa, Sr. Presidente, por muitos dias e muitas vezes foram feitos pronunciamentos, reivindicações ao Governo Federal e ao Governo do Estado para que olhasse com carinho aos pequenos trabalhadores rurais deste Estado. Mas, quero deixar aqui além da minha palavra de apoio em nome da Bancada do PDT, dizer a vocês que temos um Governador que está voltado para essas questões como está aí o exemplo das Vilas Rurais. Como está aí os exemplos dos projetos que o Governador está implantando neste Estado.

Mas também quero deixar claro, aqui, o meu voto de repúdio à faixa que estava afixada junto ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Acredito, Sr. Presidente, que se os trabalhadores, pequenos trabalhadores, vieram aqui em busca de apoio eles vieram na Casa certa, por que aqui tem muitos Deputados que são originários da agricultura. Mas não podemos e não aceitamos a forma injusta com que tratam os Senhores Deputados, colocando uma faixa com os dizeres que os Deputados são ladrões do povo. Segundo algumas pessoas que nos colocaram aqui que essa mensagem era para os Deputados Federais, quero dizer aos Senhores que não é este o tratamento que devemos dar aos representantes do povo, porque estes representantes do povo foram escolhidos pelo voto de todos os paranaenses e pelo menos se os senhores vieram aqui buscar apoio e terão o nosso apoio porque nós estamos acima das ofensas que recebemos, mas queremos deixar aqui o nosso voto de repúdio em nome dos homens sérios deste Estado, porque em todos os movimentos, em todos os setores da economia e da política e dos trabalhadores, sabemos que existem pessoas honestas e desonestas.

Toda vez que se generaliza, comete-se injustiça. Nós não poderíamos deixar aqui que usassem a Casa do Povo do Paraná, quando nós fomos ofendidos ontem, mas quero dizer aos trabalhadores que não nos ofenderam, que vocês terão o apoio da nossa Bancada, terão o apoio desta Casa, porque não fazemos outra coisa aqui, a não ser procurar melhorar a situação do povo que mais precisa do trabalho dos homens públicos deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa solicita aos lavradores que aqui estão, aos homens do povo, que não se manifestem, porque assim proíbe o Regimento Interno.

Nós os recebemos com a maior alegria, estamos prestando atenção às reivindicações justas e queremos ter com vocês um diálogo aberto e franco, sem que qualquer

ofensa, parta dos Senhores Deputados ou parta de vocês.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço a palavra.

(Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Assembléia, desde o primeiro dia que os agricultores, os pequenos agricultores, os trabalhadores que foram desalojados de suas terras pelas barragens que foram constituídas ao longo dos rios para gerar energia no Estado do Paraná, os trabalhadores dos assentamentos que até hoje esperam por parte do Governo uma política clara no que diz respeito aos assentamentos agrários no Estado do Paraná vieram a esta Cidade, como estiveram presentes desde terça-feira na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, numa demonstração de organização do seu Movimento para chamar a atenção dos Governos Estaduais e do Governo Federal pela situação trágica e dramática que passa a agricultura no nosso país.

O Deputado Valdir Rossoni, acho que foi sincero e verdadeiro quando testemunhou que nesta Assembléia Legislativa é o meu primeiro mandato, é pela primeira vez que estou presente nesta Casa, tive oportunidade de assistir de diferentes Bancadas, de partidos políticos nesta Casa um cem números de posicionamentos e pronunciamentos de vários Deputados, no que diz respeito a alertar as autoridades estaduais e nacionais pelo descaso com que é tratada a situação agrícola no nosso País. Exemplo disto, Sr. Presidente e Srs. visitantes, é quando o atual Governo do Estado numa das primeiras medidas ao assumir o Governo, o Presidente do Banco do Estado numa atitude que nós consideramos que foi uma atitude precipitada e de certa medida irresponsável, extinguiu um dos planos existente no Estado do Paraná que dizia exatamente que tinha como objetivo estimular uma política agrícola para o pequeno produtor, que era o Plano do Painel Cheia executado pelo Banco do Estado do Paraná. Esta Assembléia Legislativa teve a inverdade política, no seu conjunto dos Deputados, chamar e convocar o Presidente do Banco e o Secretário da Agricultura para cobrar, junto ao Presidente do Banco do Estado, ao Secretário da Agricultura e ao Governador Jaime Lerner, a continuidade do programa do Painel Cheia para o atendimento do custeio e financiamento da safra, e de acordo com os modelos de financiamento existidos por esse banco. Talvez o único banco, e que tenho orgulho de ser funcionário do Banco do Estado do Paraná, porque

talvez o único Banco Estadual desse País que apresentou nos últimos anos uma linha, se não aquela que conseguiu resolver o problema agrário, o problema agrícola dos pequenos produtores do Estado do Paraná; mas apontava concretamente para o início de uma política nesse sentido.

Deputado Valdir Rossoni, recebo a sua manifestação de repúdio a faixa colocada pelos lavradores humildes, honestos, trabalhadores do Estado do Paraná, que classificaram os Deputados como ladrões do povo. V.Exa. está correto em fazer a sua crítica, mas Vossa Excelência há de entender que na linguagem simples, na linguagem direta, a preocupação dos trabalhadores do campo ao colocarem essa faixa referindo-se aos Deputados Federais, que agora a tarde estarão votando a flexibilidade do monopólio da PETROBRAS, no entendimento destes agricultores, deste Deputado que vos fala e da Bancada do PT, se nos últimos quarenta anos o Estado Brasileiro, a sociedade brasileira teve uma decisão de propiciar o desenvolvimento econômico do nosso País, investir maciços recursos para capacitar a indústria Nacional e poder promover o desenvolvimento do conjunto do povo brasileiro, construindo o sistema da PETROBRAS, construindo o sistema energético do nosso País, investindo recursos fabulosos na construção de Usinas de Aço para que a nossa indústria se desenvolvesse.

Deputado Valdir Rossoni, se hoje faltam recursos para que a política agrícola, para que os agricultores possam permanecer no campo produzindo, se hoje no nosso País faltam recursos para a educação pública e gratuita, de qualidade, para fazer com que o nosso povo possa se constituir enquanto um povo que possa marchar para um processo de civilização; se hoje no nosso País faltam recursos para garantir uma saúde pública ao mesmo padrão que tem nos outros Países do mundo, onde o Ministro do Estado assim como o filho do trabalhador é assistido pela saúde pública do Estado no mesmo nível. Esses recursos, Deputado Valdir Rossoni, que faltaram para o desenvolvimento social do povo brasileiro, esses recursos foram investidos para construir a TELEBRAS, para construir as usinas Siderúrgicas, para construir o sistema do petróleo no nosso País.

E o que nós estamos vendo que vai acontecer hoje quando for votado a emenda de flexibilização do monopólio. Deputado Valdir Rossoni, no nosso entendimento não haverá concorrência de petróleo no nosso País, não haverá nenhuma usina que a Shell, ou a Atlantic, colocarão no Estado brasileiro para concorrer com o sistema estatal da PETROBRAS.

Pelo contrário, Deputado Valdir Rossoni,

ní, o que vai acontecer, e Vossa Excelência será testemunha disso, o que vai acontecer é que as empresas que foram construídas com o suor e o sacrifício de gerações do nosso País, vai ser entregue para oligopólios nacionais e internacionais. Não tenha dúvida de que o grupo VOTORANTIN, o grupo ODEBRECHT, o grupo ... , o grupo BAMERINDUS e outros sistemas financeiros do nosso País, consorciados com os grande oligopólios internacionais, comprarão e tomarão para si um patrimônio público, com preço de banana sobre as dívidas públicas. Peço, que o Senhor reflita e entenda a justificativa que estamos apresentando, pelos dizeres daquela faixa. Que, da nossa maneira, poderia ser de outra forma, mas o conteúdo que ela quis expressar é o repúdio a esta entrega de um patrimônio público, que será feito hoje, no Congresso Nacional, às empresas privadas.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só um minuto que eu queria colocar aqui ao Deputado Vanhoni, que colocou tão bem as suas palavras e fez um testemunho do procedimento desta Casa. Eu, de forma nenhuma, só coloquei o meu descontentamento porque eu não me classifico entre aquelas palavras que colocaram naquela faixa. E acredito que nenhum desses Deputados se classificam com aqueles dizeres, daquela faixa.

Agora, o seu discurso, quanto a questão dos monopólios, acho que o Senhor sabe a posição de nosso Partido, acho que não precisaríamos entrar nesta questão. O que estamos aqui discutindo, sim, e é uma luta antiga de muitos Deputados é a defesa dos pequenos agricultores. E além do mais, Senhor Presidente, esta casa foi testemunha aqui, do dia que o Ministro esteve nesta Casa e eu disse ao Ministro José Eduardo - "Ou V. Exa. adota uma política de proteção de atendimento aos pequenos e médios agricultores, ou eles estão fadados a morrer de fome." Disse isso ao Ministro da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos recebendo, neste instante a visita do embaixador da Nicarágua, Senhor Alphonso Ortega Orvina, acompanhado do cônsul José Cid Campelo.

A Mesa pede vênias para suspender a Sessão, para os cumprimentos.

Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra a Senhora Maria Salete.

A SRA. MARIA SALETE - Faço uso da palavra nesse instante, me dirigindo princi-

palmente aos agricultores e agricultoras que estão aqui neste momento, pedindo a eles que permaneçam aqui até o fim da sessão.

Senhores Deputados, como o companheiro Afonso se relacionou, anteriormente, estamos aqui em nome do Grito da Terra do Brasil e eu faço neste momento a leitura da nossa pauta de reivindicação aos Senhores Deputados, pedindo que os Senhores se sensibilizem e que tomem medidas cabíveis, que são da competência e da alçada de vocês, no sentido de garantir essa pauta na sua integridade, que ela significa melhores condições de vida ao agricultor paranaense e brasileiro, que neste momento quer ter condições dignas de trabalho e produzir alimentos para essa Nação que tanto precisa. (Lê)

Vimos, por meio deste, encaminhar a Pauta de Reivindicações das entidades do campo, referente ao II Grito da Terra Brasil, que acontecerá entre os dias 05 e 13 de junho deste ano, mobilizando trabalhadores rurais de todos os Estados brasileiros.

Posteriormente, a coordenação do II Grito da Terra Brasil-Paraná entrará em contato com V.Exa., com a finalidade de marcar data e horário audiência, na qual serão discutidas as reivindicações específicas de sua competência.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP.
- Central Única dos Trabalhadores no Paraná - CUT-PR.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná - MST-PR.
- Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB.
- Comissão Pastoral da Terra - CPT-PR.
- Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Paraná.

(aa) ANTONIO LÚCIO ZARANTONELLO

Coord. do II Grito Terra Brasil-Paraná
PAUTA ESTADUAL DO II GRITO DA TERRA
BRASIL - PARANÁ

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP) - Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Movimento sem Terra (MST) - Conselho Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) - Comissão Pastoral da Terra (CPT)

POLÍTICA AGRÍCOLA

1) Definição do Pequeno Agricultor

1.1 - Que todos os Programas da Secretaria dos Estados da Agricultura e Abastecimento (SEAB) utilizem como classificação do pequeno agricultor ou produtor que tra-

balha em regime de economia familiar, o estabelecido no artigo 4º da Lei Agrícola Estadual nº 9.917/92: que diz

"Pequeno Agricultor é aquele que explora terra, sob regime de ocupante, proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, atendendo simultaneamente os seguintes requisitos:

I - Utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem o concurso de empregado permanente, sendo permitido a ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir,

II - Cultivo de quantidade de terra que absorva a força de trabalho familiar garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico;

III - Limite máximo de área, expresso em hectares, correspondentes a 3 módulos fiscais;

IV - Origem da renda familiar do produtor predominantemente da exploração agrícola".

Complementando esta definição da Lei 9.917/92 propomos:

a) possuir renda bruta anual não superior ao valor equivalente a 5.000 sacas de milho, considerado pelo preço médio mensal levantado pela SEAB. A receita de suínos, aves de corte, pecuária leiteira, sericultura, olericultura e pesca, serão considerados pela metade 50% na composição da renda bruta, para efeito de enquadramento.

B) Beneficiários:

"Produtores que se enquadrem na classificação de produtores em regime de economia familiar".

ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DO TIPO I

Condomínios, Associações, Cooperativas e outras organizações cujo quadro social seja composto exclusivamente por agricultores que trabalham em regime de economia familiar, podendo estas organizações contrair benefícios, como créditos e fomentos tanto para investimento coletivo como para repasse aos pequenos agricultores associados.

ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DO TIPO II

Associações e Cooperativas, cujo quadro social não seja exclusivo de pequenos agricultores, mas que conte no mínimo com 60% destes, sendo os benefícios restritos ao repasse de recursos exclusivos aos pequenos agricultores associados.

2 - Destinação dos Programas da SEAB:

Que os Programas da SEAB destinem, no mínimo, todos os seus recursos para atendimento dos pequenos agricultores, com exceção dos Programas da Pequena Propriedade e das Vilas Rurais que são exclusivos respectivamente aos pequenos agricultores e

assalariados rurais.

Conforme o artigo 154 da Constituição Estadual e artigo 4º da Lei 9917/92 que estabelece: "A política Agrícola, os Programas e os Planos contemplarão com tratamento diferenciado e prioritário os pequenos agricultores".

- Que o Programa da Pequena Propriedade seja o que possua maior volume de recursos e disponibilidade de pessoal, por parte da SEAB.

3 - Quanto à Participação:

- Que a nível dos municípios seja estimulada a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, estes deverão agregar o conjunto de temas correlatos ao desenvolvimento rural e possuírem representação paritária de trabalhadores rurais conforme determina artigo 9º da Lei 9.917/92. Que sejam criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, igualmente paritários, para elaboração e execução dos Planos Regionais de Desenvolvimento Rural. Os mesmos Conselhos terão o poder de avaliar, propor e alterar a implementação do conjunto de Programas da SEAB.

4 - Quanto aos Programas:

4.1 - Programa da Pequena Propriedade - Crédito Rural:

- Que seja destinado prioritariamente ao investimento agrícola, nos limites de 2.000 sacas de milho por produtor e 15.000 sacas por coletivo (obedecendo aos 2.000/pessoa).

- Garantia da opção da Equivalência produto com referência aos preços de mercado do milho, para tal que se utilize o Índice Médio de Preços Recebidos pelos agricultores (IPR) realizado semanalmente pela SEAB.

- Juros anuais não superiores a 4% ao ano (iguais condições ao PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Propriedade).

- Prazo de pagamento de 5 a 7 anos conforme o investimento (solo).

- Desburocratização no acesso ao crédito permitindo que arrendatários, parceiros, assentados e proprietários tenha acesso de forma individual ou coletiva. O cadastro do produtor deve ser simplificado, sendo exigido apenas os seguintes documentos: identidade pessoal do beneficiário; atestado de idoneidade e comprobatório da condição de produtor e documento da posse ou uso da terra. Todos estes documentos poderão ser fornecidos pelo STR com o referendo, se este houver, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

- Que também possibilite o custeio agregado ao crédito de investimento, na implantação do investimento, no limite de 500 sacas de milho por produtor.

- Que atenda no ano de 1995 e demais

até 1998 os 20.000 pequenos agricultores programados, garantindo recursos na ordem de R\$ 60 milhões para tal, e os recursos do FDE necessários para Equalização dos juros da equivalência-produto.

- Quanto às garantias que se proíba, conforme determina Constituição Federal, a Hipoteca da Pequena Propriedade.

4.2 - Fomento aos Pequenos Agricultores - Programa do Calcário:

- Continuidade do Programa em 1995 e demais anos com subsídio total sobre o custo de exploração do calcário.

- Ampliação das 500.000 toneladas liberadas em 1994 para 1 milhão de toneladas.

- Atendimento exclusivo dos pequenos agricultores, mesmo os que foram beneficiados ano passado como outros, com aquisição individual ou comunitária (associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais ou Prefeituras).

- Pagamento do Produtor - total para repassar

- Ampliação do prazo de inscrição até meados de junho.

- Termo

4.3 - Implantação da Reconversão produtiva dos Pequenos Agricultores do Paraná frente ao Mercosul:

- Que a SEAB apresente, até o final de 1995, um diagnóstico sobre o impacto do Mercosul na Produção Agropecuária Paranaense, em especial o setor da Pequena Produção. O mesmo deverá ser submetido ao Fórum da Pequena Produção que discute questões referentes ao Mercosul.

- Que se garanta, desde já, linhas de ação subsidiadas para a reconversão produtiva dos agricultores familiares, inseridas nos programas que estão em funcionamento na SEAB.

4.4 - Implementação de um Programa de Crédito Fundiário direcionado a jovens trabalhadores rurais.

5 - Assistência Técnica:

- Garantia do atual quadro funcional da EMATER, não permitindo a sua diminuição. Que a EMATER atenda exclusivamente os pequenos agricultores.

- Estabelecimento de convênios da SEAB e Associações, Cooperativas exclusivas de pequenos agricultores (organizações do Tipo I conforme classificação proposta) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) para contratação de técnicos de nível médio e superior. O Estado fornece os recursos necessários para contratação dos técnicos e as organizações definem os técni-

cos e a orientação das atividades.

- Que a programação das atividades e prioridades da EMATER nas regionais e municípios sejam submetidas à aprovação dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento Rural.

6 - Pesquisa

- Que a linha de pesquisa em relação a agricultura familiar seja prioritária dentro do IAPAR e EMBRAPA, priorizando assim, o Setor de Sistemas de Produção dentro da Instituição e desenvolvendo ampla difusão de tecnologias adaptadas à pequena propriedade.

ATINGIDOS POR BARRAGENS

SALTO CAXIAS

1 - Cumprimento de todos os acordos dentro dos prazos pré-estabelecidos entre COPEL e Atingidos.

2 - Critérios favoráveis para que todas as famílias cadastradas que assinaram o termo de opção possam ir para o projeto de reassentamento.

3 - A CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) possa gerenciar o projeto de reassentamento na sua execução.

4 - Assistência Técnica e Social indicada pelos reassentados.

5 - Opção de reassentamento para quem tem mais de 5 alqueires.

6 - Opção de mudança de reassentamento a quem pediu carta de crédito.

7 - Participação da população em todas as etapas e decisões do projeto e elaboração de estatutos.

8 - Pagamento dos 100 m de reserva do lago.

SALTO SEGREDO

1 - Renovação do Estatuto.

2 - Reavaliar e cumprir todas as pendências do projeto.

3 - Reassentar as famílias que ainda não foram reassentadas e que ainda estão na margem do lago.

REFORMA AGRÁRIA

I - DE COMPETENCIA DO INCRA

1. Solução definitiva para as áreas ocupadas por famílias sem-terra :

| FAZENDA | MUNICÍPIO | AREA | FAMILIAS | DECRETO |
|-----------------|--------------------|--------|----------|-----------------|
| Pontal do Tigre | Querência do Norte | 10.596 | 322 | 95.784/68 |
| São Joaquim | Teixeira soares | 2.835 | 104 | Revogado |
| Anoni | Marmeleiro | 3.225 | 630 | Revogado |
| Formiga | Ibema | 1.000 | 98 | Faixa Fronteira |
| Formiga | Ibema | 834 | 50 | Faixa Fronteira |
| Papagaios | Inácio Martins | 1.875 | 109 | 98.084/89 |
| | TOTAL | 20.471 | 1.313 | " |

2. Que O INCRA se imita na posse das áreas já com Decreto Desapropriatório no Estado do Paraná

| FAZENDA | MUNICÍPIO | AREA | FAM. | PROCESSO | DECR. |
|------------------------------|----------------------|-------|------|-------------|-----------|
| Ingá | Alvorada do Sul | 1.060 | 70 | | 95 |
| Lagoa | Honório Serpa | 1.300 | 71 | SR 5881/79 | 95 |
| Fax dos Rodrigues | Inácio Martins | 900 | 23 | | 95 |
| Rincão do Bicho IV | Cantagalo | 296 | 13 | | |
| Estrela Q.9 | Ortigueira | 409 | - | SR 1293/85 | 933133/65 |
| Santa Rosa | Mangueirinha | 516 | - | PFI 1055/85 | 97843/89 |
| Bom Pastor | Laranjeiras do Sul | 1.114 | - | DR 3921/85 | 93313/85 |
| Núcleos Jacutinga | Coronel Vivida | 179 | - | PFI 720/87 | 97851/87 |
| Chapadão | Laranjal | 3.883 | 180 | SR 2410/94 | 94 |
| Eterpater | Cantagalo | 2.881 | 133 | | 93 |
| Sinha Ana | Reserva | 726 | 33 | | 94 |
| Santa Ruth | Pres. Castelo Branco | 197 | 16 | SR 0098/94 | 94 |
| Flores Lara | Barracão | 319 | 12 | CR17684/74 | 73811/84 |
| Rincão do Bicho I | Cantagalo | 219 | 15 | PFP 356/58 | 94 |
| Rincão do Bicho II | Cantagalo | 296 | 12 | SR 2474/93 | 94 |
| Boesa | Cantagalo | 1.003 | 56 | | |
| Três Lagoas | Castro | 455 | 23 | | 94 |
| Bela Vista | Ventania | 327 | 32 | | 94 |
| Recanto Estrela | Nova Laranjeiras | 1.611 | 38 | | 95 |
| Juquiá de Cima | Cantagalo | 514 | | | 94 |
| Mascote | Itaguajé | 325 | | SR 1915/94 | 95 |
| Cavaco | Cantagalinho | 454 | | SR 2409/93 | |
| Caicara | Reserva | 434 | | SR 10997/94 | 95 |
| Saudade | Santa Izabel do Ivaí | 1.022 | | SR 3345/94 | 95 |
| Porongaba I | Querência do Norte | 2.296 | | SR 3131/94 | 95 |
| Monte Azul | Querência do Norte | 556 | | SR 3119/94 | 95 |
| Fazenda Marçal (Exército) | | | | | |

3 - Liberação de 30 milhões de recursos do PROCERA para atender os assentados.

4 - Descentralização de recursos na qualidade apresentada da proposta estrateto para a P.O. 1995.

5 - Descentralização imediata de 500 mil reais para o programa de capacitação dos assentados.

6 - Dar solução definitiva para os Projetos de Assentamentos Estaduais terem acesso a todos os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária (tais como:

crédito, fomento, habitação, alimentação, centro e armazéns comunitários).

7 - Liberação de R\$ 9.252.000,00 para atender os Projetos Técnicos de investimentos das áreas de assentamentos do PR entregue ao INCRA Nacional em audiência, realizada 28.04.95, com MST.

II - DE COMPETENCIA DO GOVERNO DO ESTADO-PR

A) Para IAP-SEMA

Destinação das áreas de domínio do Estado para Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais

| | |
|---------------------------------|---------------|
| Fazenda Terplan | Prudentópolis |
| Fazenda Zeca Martins | Castro |
| Fazenda Nossa Senhora Aparecida | Tibagi |

B) Para Secretaria da Agricultura

- Liberação de R\$ 5.088.121,28 de crédito emergencial, para atender as 36 áreas em Processo de legalização.

- Alocação no Programa de Apoio de Assentamentos da SEAB, o Valor de R\$ 13 milhões para apoiar atividades produtivas nos assentamentos rurais, como: correção e conservação de solo, aquisição de máquinas e equipamentos comunitários, implantação de unidades agroindustriais, comercialização da produção, construção de armazéns comunitários através de associações e cooperativas.

IMPUNIDADE E VIOLENCIA

1 - Priorização e agilização, pelo Ministério da Justiça, dos processos crime contra mandantes de assassinatos de trabalhadores e líderes rurais, com nomeação de promotores e juizes para todas as comarcas a nível nacional.

2 - Cumprimento imediato dos mandatos de prisão preventiva decretados contra fazendeiros e pistoleiros envolvidos em crimes de mando praticados contra trabalhadores rurais.

3 - Apuração dos crimes praticados contra trabalhadores rurais, em especial os crimes hediondos praticados contra as mulheres.

Reabertura do Inquérito Policial que apura a morte do Teixeira.

Apuração e punição dos assassinos e mandantes de crimes contra posseiros no município de Pinhão.

4 - Desmantelamento das milícias privadas dos fazendeiros, bem como dos grupos de extermínio, por meio da ação da Polícia Federal.

Desmantelamento imediato da milícia particular da Madeireira Zattar.

5 - Apoio ao Projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, que prevê o julgamento civil dos crimes praticados por policiais militares.

6 - Maior rigor no sentido de evitar fugas de condenados por crimes contra trabalhadores rurais.

7 - Apuração e punição dos casos de prisões ilegais e tortura de trabalhadores rurais.

Apuração imediata das torturas praticadas contra agricultores sem-terra presos no mês de março de 1993, em Campo Bonito.

8 - Criação de um Fórum Estadual Permanente Contra a Violência no Campo nos moldes da experiência do Fórum Nacional Permanente contra a Violência no Campo.

PREVIDENCIA SOCIAL

1 - Manutenção de todos os direitos adquiridos na Constituição de 1988, principalmente a aposentadoria aos trabalhadores rurais aos 55 anos para as mulheres e aos 60 anos para os homens, bem como os demais direitos previdenciários;

2 - Não exigência da comprovação do exercício de atividades rurais aos trabalhadores rurais temporários (bóias-frias) por meio do registro na CTPS, a partir de 25.07.91, através da Ordem de Serviço nº 447/94. Isso, além de ilegal, é inadequado à realidade contratual e documental desses trabalhadores, bem como a prova material para a mulher, por tornar inaplicável aos mesmos os direitos previdenciários básicos e elementares.

3. Atendimento digno aos trabalhadores rurais. É uma questão de dignidade humana. O que se presencia hoje é a total inexistência de uma estrutura mínima e recursos humanos capacitados e em número adequado para atenderem condignamente os trabalha-

dores rurais.

4. Que sejam aceitas provas testemunhais como comprovação do exercício das atividades rurais, como vem entendendo a 6.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma vez que, dificilmente, os trabalhadores rurais principalmente as mulheres e os bôias-frias, tem como apresentar a exigida prova material em razão de que sua realidade documental não apresenta a mesma formalização da atividade urbana.

5. Que a identificação da qualidade e do exercício das atividades rurais seja feita pelos sindicatos de trabalhadores rurais e seja bem como a justificação administrativa e judicial, suficiente para a comprovação de atividade. Deverá ser válida e eficiente, quando baseada em provas testemunhais.

6. Criação de postos de atendimento do INSS em todos os municípios do País.

7. Os trabalhadores rurais reivindicam de imediato, uma Auditoria Pública na Previdência Social com participação do movimento sindical.

8. Assistência à saúde básica em cumprimento aos princípios constitucionais.

9. Reformulação dos órgãos colegiados (JRPS e CRPS) que não estão funcionando como vanguardas da Lei previdenciária, mas, sim, como ratificadores dos atos legais INSS que, além da demora na prestação dos serviços não cumprem sua finalidade e estão trazendo prejuízos aos trabalhadores rurais.

10. Somos contra a desconstitucionalização da matéria previdenciária pelo que devem ser mantidos todos os dispositivos constitucionais da seguridade social.

11. Que as relações de trabalho individual no campo sejam, também, fiscalizadas.

ASSALARIADOS

1. Que o Governo do Estado garanta o fornecimento de cestas básicas de alimentos às famílias de bôias-frias em períodos de entressafra uma vez que as mesmas não dispõem de condições mínimas de sobrevivência.

2. Que o Governo do Estado encontre formas de garantir a comprovação da atividade rural aos bôias-frias, para que esses trabalhadores possam gozar de benefícios previdenciários e direitos trabalhistas.

3. Garantia de frentes de trabalho aos assalariados rurais temporários, principalmente em períodos de entressafra, que podem até acontecer por meio de convênio com prefeituras municipais, encaminhamentos administrativos junto a órgãos públicos ou empresas, como a COPEL, SANEPAR entre outras.

4. Garantia de transporte adequado aos

bôias-frias que não ponha em risco a segurança e a vida desses trabalhadores rurais.

5. Moradias adequadas e infra-estrutura básica aos assalariados rurais.

PETROBRAS, ELETROBRAS, DEPUTADOS FEDERAIS EXPRESSÃO PÚBLICA

DEMOCRACIA

ACIMA DAS OFENSAS E DISCRIMINAÇÃO FORMAS QUE NOS AFRONTAM

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sabemos que muitos itens desta pauta estão diretamente direcionados ao Governo Estadual e outros ao Governo Federal. Gostaríamos de, em nome do 2º Grito da Terra Brasil, em nome dos agricultores e agricultoras presentes nesta Casa, em nome daqueles que estão nas suas atividades rurais, em seus municípios, solicitar que os Senhores gestionem junto ao Governo do Estado, as Secretarias, aos bancos, e ao Governo Federal no sentido de garantir esta nossa pauta de reivindicações.

Com isso estamos dando condições para que os agricultores possam estar produzindo neste Brasil e contribuindo na alimentação e principalmente na manutenção destes agricultores, na terra, porque nós não queremos vir engrossar as favelas nas cidades, nós queremos produzir, em condições dignas.

Por último, gostaria de me referir que, com relação ao que o Deputado disse, com relação a nossa faixa, é um ditado popular, é um sentimento nosso, de trabalhadores rurais, junto a situação política que vive este País e quanto a posição dos Senhores Deputados. Acreditamos que aqueles que não se sentem nestas condições não se sentiram magoados e entenderam a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - V.Exa. está com o tempo esgotado, concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo sido Prefeito de Londrina, por quase 10 anos, lembro que um dia, muito cedo alguém me telefonou, em casa dizendo: - "Olha, os sem-terras invadiram seu Gabinete, Prefeito. O que fazemos, chamamos a Polícia, baixamos o pau, e botamos todo mundo para fora?" E eu disse: - "Não, eu já vou aí e converso com eles." Cheguei no Gabinete, lotado e a primeira providência foi ver café, leite, pão, bolacha, para essa criançada, porque afinal de contas viajaram à noite, deviam estar em jejum, com fome. E começamos a conversar com os sem-terra. Na hora do almoço chamei o che-

fe de Gabinete e disse: - "Agora eu vou almoçar e os sem-terra também têm o direito de almoçar, providencie almoço para todos eles."

Em seguida o que fizemos. Eles tinham invadido a Fazenda Serraria no Município de Tamarana, que estava sem nenhuma utilização, estava sem produzir. Formamos uma comissão junto com o arcebispo de Londrina, com várias autoridades, fomos a Brasília e tivemos em encontro no INCRA. Daí uns dias voltamos a Londrina e começamos a telefonar para o INCRA, em Brasília para saber como estava a desapropriação daquela Fazenda que os sem-terra queriam. Para nossa surpresa, nosso espanto, o pessoal do INCRA disse: - "Mas aqui em Brasília vocês não vieram." "Como é que não fomos aí? Fomos com o arcebispo, com várias autoridades, com o representante dos sem-terra e tudo. "Aí pudemos sentir que bagunça que era, deve ser ainda aquele INCRA, em Brasília."

Bom, de tal maneira que deram a palavra para mim e para a comissão que me acompanhou, que em poucos dias a Fazenda Serraria estaria desapropriada pelo INCRA. Tudo mentira, tudo enrolação, fazem o Prefeito e o arcebispo, os representantes dos sem-terra de palhaço, o pessoal da pastoral da terra o pessoal da Pastoral da Terra de palhaço, é uma lástima, uma vergonha a desconsideração e o desrespeito daquele povo, são gabinetes luxuosos, confortáveis do INCRA. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, assistindo nesta semana um documentário, vi, por exemplo, aqui pertinho do Brasil, na Colômbia, o homem que explora esmeraldas, o jornalista perguntou: "quantas fazendas o senhor tem?". Ele disse: "eu devo ter umas 35 a 50". "Qual é a área de terra que o senhor tem?", para um homem, ele respondeu: "eu calculo que sôzinho sou dono de 220.000 hectares de terra".

Outro dia aqui, na presença do Ministro da Agricultura, dissemos desses grandes latifundiários do Brasil que compram 5, 8, 10.000 alqueires de terra aqui e que não plantam nada, a terra fica morta e o povo querendo plantar, querendo produzir, portanto, Senhor Presidente, nesta tarde em que a gente vê que os sem-terra de várias regiões, queríamos fazer um apelo às nossas autoridades federais no sentido de que não tenham os sem-terra como um bicho, como um bandido, como alguém que vai matar autoridade, mas que é um brasileiro que busca o quê?

Busca um pedaço de chão para abrigar a sua família e poder produzir e ajudar a matar a fome deste mundo. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma coisa não há dúvida, enquanto a Reforma Agrária, for feita exclusivamente pelos gabinetes de

Brasília, ela será bem mais difícil, ela será bem mais problemática, na nossa visão e podemos aqui dar o testemunho, porque deve ter nessa galeria sem-terra, que conhecem o nosso passado e o que fizemos em Londrina, naquela Fazenda Serraria, invadida pelos sem-terra.

Como prefeito mandamos levar a escola, o posto de saúde, o dentista, colocamos a semente à disposição dos sem-terra, colocamos as máquinas da Prefeitura, para poder preparar a terra para eles e por isso, Senhor Presidente, defendo que o ideal é aquilo que já foi pregado e que quis fazer como prefeito, cheguei a mandar e foi refugado pela Câmara Municipal, mandei um projeto de lei para a Câmara Municipal, para comprar uma fazenda em Londrina, para ser, quem sabe, o primeiro prefeito da história do Brasil a fazer uma Reforma Agrária Municipal.

Nesta tarde, gostaria de lançar aqui como luz, como inspiração, que o ideal é que a Reforma Agrária fosse promovida em cada município sob a responsabilidade do prefeito, porque é bem verdade, que o sem-terra que está em Pato Branco, ele não quer vir morar em Londrina, o sem-terra que está no Oeste do Paraná, ele não quer morar no Vale do Ivaí, ele quer ficar onde ele tem a sua família.

Então, o ideal é que cada sem-terra seja aproveitado naquela região onde ele está acostumado, onde ele está enraizado. Não adianta a autoridade chegar, achar que vai pegar o sem-terra do Paraná e vai deixar ele numa terra no Pará, no Acre, em Rondônia, que ele não vai querer ir. Com razão, porque cada um quer morar no pedaço de chão que ele tem amor.

Portanto, encerro dizendo a Vossa Excelência que todos não devemos ter medo dos nossos irmãos sem-terra, são brasileiros como nós, são pessoas que querem ajudar o Brasil e querem ter a sua terra, querem plantar para ajudar alimentar o mundo e sustentar a sua família. Os nossos irmãos sem-terra merecem ser tratados com dignidade e com todo o respeito, por parte de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, vamos encerrar a fase que estamos mantendo com os "sem-terra" do Paraná.

Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros agricultores, heróis ainda que teimam em permanecer em suas terras, em suas comunidades, apesar da política agrícola nefasta

que se faz neste país.

Quero neste momento, cumprimentá-los e referendar o que disse ontem o Governador Jaime Lerner quando os recebeu: "Apóio o movimento de vocês". "É preciso que vez ou outra as comunidades se mobilizem, se movimentem para chamar a atenção das autoridades", disse ontem o governador, quando recebeu no Salão dos Governadores, o Darci Frigo, Presidente da Comissão Pastoral da Terra; o Irino, do Movimento dos Sem-Terra; o Antonio Zarantonello, Presidente da FETAEP e um dos coordenadores do movimento; o José Camilo, que é um dos atingidos de Salto Caxias; o Peri, do Departamento Rural da CUT, que foram ontem ao Palácio e sentiram nas palavras e nos olhos do Governador, a sua sinceridade, a sua preocupação para com a situação da agricultura, e o governador disse quando os recebeu, que todas as ações do Governo do Estado, na área da agricultura, estão voltadas para o atendimento ao pequeno produtor paranaense e esta será efetivamente a política do Governador Jaime Lerner.

Ainda ontem determinava aos secretários das áreas afins, Secretaria da Agricultura, de Habitação, enfim, todos os órgãos que estiveram ontem presentes naquela audiência, para que se colocassem totalmente à disposição das lideranças, a fim de que fossem encaminhadas as propostas aqui colocadas pelas pessoas que me antecederam e que falaram em nome do movimento.

O Governador está muito aberto, está muito preocupado com a questão da área da agricultura, sente que há necessidade de envolver quase que todos os recursos nesta área, para poder estancar, para poder fazer com que o Paraná continue sendo um grande produtor, para que seja também um grande transformador dos seus produtos, gerando emprego, gerando impostos e possibilidade de uma condição de vida melhor para cada um dos agricultores.

Ontem, vários dos senhores líderes foram recebidos, hoje pela manhã, parece que foram recebidos pela diretoria da COPEL, estiveram lá para tratar do reassentamento da Barragem de Segredo e de Salto Caxias e a COPEL, evidentemente, mostrou o seu plano e mostrou-se inteiramente aberta para o diálogo e para encontrar uma solução.

Queremos deixar aqui mais uma vez, em nome do Governador Jaime Lerner, a nossa solidariedade, a solidariedade do Governador do Estado, a solidariedade de todos os Parlamentares, porque cada um que está aqui, também tem uma origem na terra. Quase todos os que estão aqui, ninguém veio de berço de ouro. Todos vieram de alguma comunidade do interior do Estado. Viemos da região metropolitana e sabemos o quanto é difícil sobreviver quando não há inves-

timento, quando não há incentivo para o pequeno agricultor. O Governador disse ontem que o grande agricultor não precisa de ajuda do governo. O pequeno, este vai ter do meu governo, todo o atendimento possível.

Portanto, levem para as suas comunidades, levem para os seus companheiros, a certeza de que o governo do Estado vai incentivar, vai procurar fazer com que exista incentivo para a área da agricultura, para que se faça, como já está fazendo Jaime Lerner, com a sua reforma agrária, com a criação das Vilas rurais que vão se implantar por vários outros municípios e para que o governo federal também se sensibilize no sentido de atender e dar melhor atendimento a cada um dos senhores.

Repito mais uma vez, graças aos esforços de cada um dos senhores e das senhoras que aqui estão, liderando várias comunidades, este Paraná consegue bater recordes de produção, consegue mostrar a sua força no campo e essa força no campo não pode se perder por falta de política voltada para a agricultura a nível federal e nesse sentido, o Governador Jaime Lerner vai procurar, junto aos órgãos do Governo Federal, junto ao próprio Presidente da República, para que olhe com mais atenção para o Paraná. Lá está o Ministro da Agricultura, que tenho certeza, deverá estar preocupado a esta altura dos acontecimentos, com esse "Grito Terra".

Deverá estar conversando com o Presidente, encontrando saída, encontrando mecanismos que possam fazer com que chegue àquele pequeno agricultor aquele incentivo que ele tanto merece. Por isso nossa solidariedade mais uma vez a cada um dos Senhores e a certeza de que vieram aqui, para a capital, e mostraram para que vieram.

Vieram aqui, ordeiramente, se manifestaram, conseguiram as suas audiências com quase todas as lideranças do Paraná, mostraram a sua força. E quero dizer ao povo de Curitiba, da Capital, que vocês querem, na verdade, que o Governo Federal olhe com um pouco mais de carinho para o pequeno agricultor.

Felicidades a cada um dos Senhores!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, pediria apenas um espaço para explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedido a V. Exa. que é oriundo da região onde a maioria dos agricultores estão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes.

Espero, em rápidas palavras e agradecendo a V. Exa. pelo espaço, resumir,

aqui, a posição dos demais companheiros que não conseguiram se pronunciar. O "Grito da Terra" não é o grito, apenas, do sem-terra. Vejo aqui, assentados, sem-terra, pequenos produtores, sindicatos, todas as entidades ligadas aos pequenos produtores do nosso Estado. Nós, da Comissão de Agricultura e do Bloco Parlamentar Agropecuário, e esta Casa como falaram inúmeros Deputados, aqui, diariamente tem se posicionado com relação aos problemas da nossa agricultura. E eu que conheço 67 assentamentos deste Estado, de Querência do Norte quando 600 policiais estavam para entrar na área, estava eu lá, na estrada, para impedir que os agricultores fossem ao confronto.

Na São Joaquim em Teixeira Soares onze e meia da noite. Na Vitória da União em Manguelrinha, quando 373 famílias, no primeiro ano produziram 55 mil sacas de grãos aonde lá, não se produzia nada. É nesse sentido que venho prestar esta solidariedade ao "Grito da Terra" que não pode ser entendido como apenas uma divergência política de qualquer instituição ou de qualquer autoridade. Mas deve ser, sim, uma soma, uma busca de esforços para que nós - em conjunto - possamos representar esse "Grito" que não é mais um grito de esperanças, apenas, é um grito de alerta. Porque se não houver por parte desse País, uma política agrícola que possa deixar os agricultores trabalhando na terra, vamos ver, mais uma vez, a falência dos pequenos produtores que não conseguem permanecer produzindo.

É o milho, é a terra, é a comercialização e é o crédito. É tudo isso que nós, nesta Casa meus irmãos Deputados, nós, representantes pela procuração do povo, temos que encarnar a voz daqueles que não conseguem falar. E trazer essa voz em solidariedade para que juntos, sempre juntos, possamos somar esforços de quem tem a consciência de que só pela agricultura, só pelo valor da terra, só por aqueles que estão fincados lá, que constroem as suas famílias, é que podemos, de uma vez por todas, tirar o País da crise.

Não tenho muito tempo, mas, estaremos aqui, como representantes do povo do Paraná - junto com os demais companheiros - sempre, brigando pela nossa agricultura. Achando alternativas. E vocês são o sustentáculo da nossa luta. Continuem firmes porque precisamos resolver a crise deste País. Mas não podemos resolver sem o braço forte e firme de quem trabalha e produz alimentos para a nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Presidência agradece a presença dos senhores agricultores e quer enaltecer o ex-

celente e respeitoso convívio que mantiveram nestas horas e dizer aos agricultores e seus representantes que vamos encaminhar ao Presidente da República e ao Governador do Estado as reivindicações expostas aqui na tribuna pelos ilustres representantes dos agricultores.

Muito obrigado e espero que retornem porque gostamos deste convívio respeitoso em que Deputados e agricultores mantiveram um diálogo muito bom e que representa, sem dúvida alguma, a essência do regime democrático.

(Aplausos)

Irineu Colombo com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Deputado Aníbal Khury, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Faço uma saudação especial às trabalhadoras, às agricultoras e aos agricultores que aqui se encontram neste momento.

Ressaltar, Sr. Presidente, que participei desde o início, naquela manhã de segunda-feira, quando da concentração dos senhores agricultores, das agricultoras, quando pensavam eles impor ao Brasil um grito, um grito de alerta, um grito sobretudo de desespero.

O Movimento "Grito da Terra", sentido por este Parlamentar e sentido por outros Parlamentares que acompanharam em várias audiências, foi de um sucesso formidável.

O "Grito da Terra" no Paraná conseguiu sensibilizar as principais autoridades envolvidas com as questões do campo, seja no setor da habitação, da saúde, do saneamento, sobretudo nas questões ligadas a agricultura, dos atingidos por barragens e àqueles ligados com a questão também da violência. Sensibilizou também outros Deputados, se não àqueles que estão já há muito tempo envolvidos com as discussões aqui neste Plenário.

Quero deixar uma mensagem muito clara, que aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não tem Bancada Ruralista e nós, Deputados ligados a pequena produção, ligados a questão agrícola primordial da produção do emprego e produção rural, lutaremos para que não tenha este tipo de procedimento Parlamentar com intuito de destruir a pequena propriedade.

O Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Nereu Moura, o Deputado Péricles de Mello, Deputado Orlando Pessuti fizemos uma audiência formidável na manhã de ontem quando no Plenarinho, após a discussão da Comissão de Agricultura, podemos debater, num convite feito de última hora, que não pode ser extensivo a todos os Deputados, pudemos ali receber uma grande caravana, pelo menos de cento e tantos agricultores, aonde houve um debate tran-

quilo, sereno da questão agrícola no Estado do Paraná, mostrando que esta Casa recebe os agricultores, continuará recebendo para discutir salutarmente as questões agrícolas, e sem problemas nenhum de ordem de segurança, mesmo porque naquele momento não teve um segurança naquela reunião tranqüila, assumida, inclusive, pela Comissão de Agricultura.

O "Grito da Terra" é o grito que reflete o problema da reforma agrária, reforma agrária que é emprego no campo, que é a produção, que é a posse da propriedade, que é a salvação ainda para maior distribuição de renda para o Brasil. Reflete também que precisamos urgentemente fazer um rompimento, e lembro aqui em diversas ocasiões a manifestação do Deputado Caíto Quintana que precisamos realmente, Deputado, fazer um rompimento entre o que é grande produtor e a pequena propriedade.

A pequena propriedade está sendo excluída do sistema porque o sistema parece não mais precisar dela. Então, precisamos enquanto Parlamentares, defendermos, que a política seja exclusivista até, não só colocando um termo referencial na lei, mas uma política exclusivista para a pequena propriedade, para a salvação. O momento até é de desespero. Estamos enfrentando a concorrência internacional com vistas as globalizações, o pequeno produtor não está preparado, está perdendo a terra, quando foi refletido pelo Deputado Augustinho Zucchi numa ocasião, sobre as pequenas propriedades de Francisco Beltrão.

Ora, política diferenciada é um dos gritos da terra, exclusiva para o pequeno produtor. O "Grito da Terra" discute ainda, além da reforma agrária e a política diferenciada para aquele que já tem a terra, reflete também na questão da violência do campo. Precisamos urgentemente discutir essa violência do campo, passando pela preocupação do Deputado Nerone, das milícias privadas, passando também pela preocupação que agora reflete a questão lá no Oeste do Paraná que são os assaltos e a violência que atinge os campos na beira lago de Itaipu.

Temos que estar preparados também para enfrentar a política do MERCOSUL. Ficar manifestado que o "Grito da Terra" é a mesma coisa que uma pessoa que está sozinha no canto e começa um cochicho. Mas de repente, ele percebe que dá para fazer como uma abelha que constrói uma colméia, reúne vários agricultores e agricultoras e resolvem manifestar seus grandes anseios.

É esse grito que tem que refletir no Brasil e começando pelo Paraná. Sucesso absoluto do "Grito da Terra", sensibilizou as autoridades do Estado do Paraná, tivemos vários sucessos nessa empreitada.

Parabéns pelo Movimento e oxalá o ter-

ceiro, quarto, quinto "Grito da Terra" seja o grito da salvação do homem do campo, do trabalhador e da trabalhadora rural. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Uso da palavra Senhor Presidente e Senhores Parlamentares no Horário da Liderança do PMDB nesta tarde em que a Assembléia Legislativa recebe agricultores do nosso Estado na caminhada intitulada "O Grito da Terra".

Não faço hoje Senhores Agricultores apenas pela presença dos Senhores em nossa Casa, fizemos no curso dessa semana, anteontem ainda durante trinta minutos nessa tribuna colocamos o problema da agricultura brasileira.

O que dói a todos nós nacionalistas é de que além de não se caminhar num processo de reforma agrária no nosso País, se discrimina o pequeno produtor, o trabalhador volante e o trabalhador sem-terra no País, e também no Estado do Paraná. A própria sociedade, em determinados momentos, não entende a luta da pessoa que está pedindo o direito de produzir, o direito de trabalhar, o direito de alimentar a sua família.

A sociedade, em determinados momentos, acha interessante a presença de 2.500 trabalhadores, acampados em Curitiba, mas acha interessante, não é capaz de sentir o drama que vive, anos após anos! A tentativa de movimentos que procura alertar esta Nação, que em toda história do nosso País, a maior riqueza que o Brasil sempre teve, nos seus momentos de crise aguda, saiu exatamente da nossa agricultura. E saiu da pequena propriedade! A pequena propriedade que produz o gênero alimentício servido, fartamente, na mesa daqueles que fazem descaso ao processo de produção. A pequena propriedade, responsável pela grande maioria dos empregos nacionais!

Não haverá estrutura urbana, não haverá recurso público nenhum e nem orçamento algum que possa ser estrutura de vida digna em perímetro urbano, enquanto nós deixarmos esvaziar os campos!

A China, País de maior densidade populacional do mundo, alimenta todos os seus chineses, através de espaços agricultáveis, e o agricultor é um cidadão respeitado naquela Nação, e talvez o que leve o melhor padrão de vida. No nosso País nós desconsideramos a produção! É chegada a hora, não de um grito, não de um dia de grito da terra, é chegado o momento que esse grito fique ecoando no ouvido daqueles que, com responsabilidade pública, no dia-a-dia de sua vida pública, possam,

Estou apresentando um ofício que será encaminhado ao Governador do Estado, ao Ministério da Marinha e ao do Meio Ambiente, pedindo para que transforme aquela área de preservação permanente do meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Pais e Amigos dos Talassêmicos (APPAT), com sede e foro na Cidade de Curitiba/PR. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 09, de 06.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 023/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Pais e Amigos dos Talassêmicos, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Tendo sido preenchidos todos os requisitos da Lei nº 6.994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 090/95, de autoria dos Deputados Nereu Moura e outros, que revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 56/91 (Municípios). **PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 28, de 03.04.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 90/95

VOTO EM SEPARADO

AUTOR: DEPUTADO NEREU MOURA E OUTROS

PARECER:

SÍNTESE: Revoga o artigo 2º da Lei Complementar nº 56/91.

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 90/95, que visa a revogação do artigo 2º da Lei Complementar nº 56/91. A iniciativa de diversos Deputados.

A Constituição Federal, em seu art. 1º, § 4º, dá competência ao Estado para legislar sobre a criação de novos municípios, dispondo:

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas."

A Constituição Estadual, em seu artigo 19, trata da criação de novos municípios, dispondo que:

"Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º - Os seguintes requisitos serão observados na criação de municípios.

I - efetivação por lei estadual;

II - consulta prévia, mediante plebiscito à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada;

III - preservação da continuidade e da unidade histórica co-cultural do ambiente urbano;

Examinando-se a Lei Complementar nº 56/91, à luz da legislação citada, vamos constatar o cuidado que os legisladores tiveram ao separarem nitidamente os requisitos exigidos pela legislação constitucional, em: requisitos fundamentais e requisitos formais.

Os requisitos fundamentais estão contidos nos artigos 1º e 2º. Ou seja: a criação, incorporação, fusão ou desmembramento, dependem de lei estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado,

efetivamente, fazer com que deslanche um processo nacional, possibilitando a existência da pequena propriedade e um espaço de trabalho para o trabalhador da agricultura.

É importante, Senhores Parlamentares, e Deputado Algaci Túlio, que programas como o Panela Cheia sejam recolocados na prática do Estado do Paraná, porque esse atingia, exclusivamente o pequeno e o médio trabalhador da agricultura! É importante a não paralisação, Deputado Pessuti, dos programas de calçamento de pedra irregular, porque eu ouvia quando uma representante do movimento falava de frentes de trabalho. Os calçamentos de pedra irregular, 70% do seu custo são de mão-de-obra, que serviam, no período de entressafra, para que o trabalhador sem-terra, o bóia-fria, o trabalhador na lavoura, uma vez mais. Isso, as políticas que nós podemos fazer no Paraná! E somar a nossa voz para que o Governo Federal, que vai, no dia de hoje, votar no Congresso Nacional, a privatização da PETROBRAS, da riqueza do nosso solo, o Congresso Nacional, mobilizado, na sua grande maioria presente, para fazer um processo de tercerização de todos os monopólios estatais! Um Congresso Nacional que se preocupa, constantemente, com o problema de entrada de produtos estrangeiros, no País, gerando 2,3.000 desempregos!

Será que não somos capazes de perceber que centenas de milhares de brasileiros estão pedindo o emprego mais barato para o Governo? Que é o emprego na própria terra, produzindo a riqueza que o País tem!

Recebam, senhores componentes do movimento "Grito da Terra" a solidariedade da Bancada PMDBista, nesta Casa, e a certeza que não só hoje, mas durante todo o ano que estamos atravessando, a nossa Bancada terá posicionamentos constantes em favor e em defesa da pequena e média agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário do PP concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, lideranças e representantes do Movimento Sem-Terra, a nossa saudação e a nossa solidariedade a esse movimento que repercute a nível nacional e esperamos que essa repercussão seja feliz, o Governo Federal que é o maior responsável pela política agrícola e agrária deste Brasil e que mude o direcionamento até este momento adotado pelo Governo Federal que está fazendo na verdade uma Reforma Agrária as avessas, ao contrário daquilo que é aspirado e desejado pela sociedade. Hoje vemos pequenos, médios e

até grandes agricultores literalmente falindo, por não suportarem os altos juros, a TR os preços muito baixos dos seus produtos.

Mas sobre essa questão o nosso companheiro Augustinho Zucchi falou muito bem como profundo conhecedor da causa e que falou também em nome da Liderança do PP.

O PP através de sua Bancada é solidário, está lado a lado com esse movimento para tentarmos inverter a situação difícil que estamos vivendo no campo, para fazermos com que haja uma política agrícola e agrária correta e sendo posta em prática efetivamente e de pouco adianta aprovar no Congresso Nacional, como aprovamos leis que preveem uma melhor situação para agricultura, se na prática o Governo não põe em prática e o resultado para o agricultor tem sido cada vez mais danoso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 05 próximo passado foi comemorado, a nível internacional o Dia Mundial do Meio Ambiente, muitas manifestações ocorreram, no Brasil no exterior e em Foz do Iguaçu, minha cidade, houve um movimento que através de um documento se manifestou contrário a pretensão da Capitania Fluvial dos Portos da Marinha, sediado em Foz do Iguaçu de vender através de licitação, talvez o último espaço preservado naquela região fora do Parque Nacional do Iguaçu.

A Marinha Brasileira, através da Capitania publicou em edital que pretende vender uma ilha de 130 mil m2, junto a Ponte da Amizade com intuito de arrecadar, cerca de 1.400.000 reais, o que para nós é um contrasenso, principalmente num momento como esse, que vivemos naquela região, uma região profundamente degradada, uma região que com o avanço da agricultura extinguiu-se praticamente todas as matas, que com a construção de barragens, como de Itaipu alterou profundamente o clima naquela região, com o crescimento da cidade provocou-se enorme poluição e não conseguimos entender a pretensão da nossa gloriosa Marinha Brasileira, mas que infelizmente neste momento julgamos nós que está agindo de forma incorreta.

Aliás a Associação de Defesa de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, já entregou ao Procurador da República em Foz, Dr. Jaime Haroldo Welter e ao Promotor Especial do Meio Ambiente, Dr. Renan Gabardo, notícia-crime pedindo a suspensão da venda daquela reserva ecológica que está prestes, se não for tomada alguma providência, a ser depredada porque especulação imobiliária não se preocupa com a questão do meio ambiente.

Particularmente para nós que moramos e vivemos naquela região, devemos lutar com toda a garra e determinação para que seja preservado.

na lei complementar regulamentadora e no plebiscito.

O art. 2º aponta os requisitos indispensáveis à criação do município: população, eleitorado, centro urbano.

Ora, não poderia ter sido à-toa que os legisladores colocassem tais requisitos como fundamental. Na realidade estavam os mesmos apenas atendendo o preceito da nossa Lei Maior, repetido pela Constituição do Estado, que determinam que a criação, incorporação, fusão ou desmembramento "preservam a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano."

A prevalecer a pretensão dos nobres Deputados autores do Projeto, estaremos ferindo os preceitos constitucionais em questão. Não há como preservar continuidade e unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano, em um lugarejo, ou distrito de 2.000, ou até de 1.000 habitantes, onde o número de eleitores seja 400 ou 200. Não foi por acaso que a lei estipulou em 5.000 o número mínimo da população, eleitorado de 20% e centro urbano com número de casas superior a 100.

Os três parágrafos do art. 2º complementam o "caput" do mesmo, sendo que o § 1º é taxativo ao impedir a criação de município que não atenda os requisitos exigidos na lei.

Os demais artigos tratam apenas de requisitos formais. Ou seja, que disciplinam o procedimento e a forma para criação e consulta plebiscitária, instalação e outros procedimentos meramente formais na criação do município.

Assim, uma vez arrancado o art. 2º do corpo da lei, através da revogação do artigo em seu todo - como pretende o projeto em exame - estaremos tornando a Lei Complementar nº 56/91 uma lei morta, sem vida, porque não terá condições de produzir os efeitos legais desejados pelos legisladores que a construíram.

Nos valem do eminente De Plácido e Silva, no seu insubstituível, "Vocabulário Jurídico", para definir o que seja REQUISITO FUNDAMENTAL.

"Os requisitos fundamentais, ou pertinentes ao fundo, são os que devem vir com a própria coisa. São partes integrantes dela, que não pode mostrar-se sem eles. Fazem a individualidade da coisa. E se apresentam como partes intrínsecas ou inerentes dela."

"Assim, os requisitos fundamentais, dizem-se também requisitos intrínsecos ou viscerais, porque sem eles as coisas não têm a vida jurídica, que se lhes queira atribuir nem podem produzir os efeitos legais desejados."

Quanto aos demais requisitos da lei, meramente formais, são, como ensina o mestre citado:

"Os requisitos formais constituem as formalidades ou as condições prescritas por lei para a forma do ato jurídico e respectiva eficácia legal."

Desta forma, sendo o artigo que se pretende revogar, o fundo, ou a base da Lei Complementar nº 56/91, não há como excluí-lo porque estar-se-ia deixando, repetidos, a lei sem vida. Pode o mesmo sofrer modificações, mas jamais ser arrancado, como se pretende, sem que se apresente uma outra base.

E ainda, revogando-se o Art. 2º da Lei Complementar nº 56/91, estaremos ferindo os dispositivos contidos nos artigos citados, das Constituições Federal e Estadual.

Não entraremos no mérito do Projeto que, se aprovado, trará sérias consequências para os cofres públicos, com a criação de municípios sem estrutura administrativa e patrimônio suficiente para lhe darem sustentação. Ficamos apenas nos aspectos constitucionais e legais do projeto que, pelo exposto, carece de condições para merecer a aprovação desta Comissão de Constituição e Justiça.

É o voto em separado.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. NEREU MOURA (Para encaminhar) - Se

nhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresentamos esse projeto de lei, juntamente com outros companheiros Deputados, visando trazer aqui para esta Casa, uma discussão que sintetize na verdade, os sentimentos da população do nosso Estado do Paraná.

Queremos, Senhor Presidente, nós, que tivemos o prazer e o privilégio de aqui nesta Assembléia acompanhar o processo de emancipação de diversos municípios e hoje temos a alegria de perceber o vantajoso progresso e desenvolvimento que os municípios do interior do Paraná vivem.

Achamos, Senhor Presidente, que o critério populacional, na verdade é injusto, porque tira a possibilidade de as comunidades pequenas lá do interior do Paraná, caminharem com as suas próprias pernas, decidirem os seus próprios caminhos.

Achamos Senhor Presidente, que o critério populacional fere um princípio de se poder conceder a comunidades pequenas que querem ter o direito, a vez e a voz de ter a sua independência, muitas vezes, jogados às traças pelos prefeitos que abandonam os distritos, que esquecem as comunidades dos agricultores do interior e é exatamente por isso e por saber da importância que se reveste para as comunidades pequenas do interior do Paraná, as emancipações, é que apresentamos aqui nesta Assembléia, este projeto de lei, visando

eliminar o requisito de população para a criação de municípios do nosso Estado, Senhor Presidente Deputado Anibal Khury.

Contudo, não somos e não queremos ser os donos da verdade. Queremos debater profundamente essa questão, queremos discutir o que é bom para o nosso Estado do Paraná. Queremos avaliar o que é melhor para o Paraná e para o municipalismo do Paraná e é exatamente por isso, Senhor Presidente, que vou apresentar um requerimento a Vossa Excelência, pedindo a retirada da Ordem do Dia deste projeto, por 5 sessões, para que possamos discutir, trocar idéias, avaliar, para que possamos votar uma lei aqui, nesta Assembléia, que efetivamente reflita os sentimentos do nosso povo do Estado do Paraná. Sobre tudo as populações interioranas, aquelas que vivem às margens do progresso e do desenvolvimento. Comunidades pequenas, abandonadas e muitas vezes esquecidas, que precisam ser enquadradas no processo de desenvolvimento e de justiça social.

Por isso, estou apresentando a Vossa Excelência este requerimento pedindo a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 090/95 da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões, para que possamos, juntamente com os colegas Deputados, trocar idéias, discutirmos na busca de uma solução que possa atender os interesses maiores do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 090/95.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Genir Crestani, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 03.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 091/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Genir Crestani.

A Lei nº 5.638 de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras."

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis; preenche ele os requisitos exigidos.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Alaércio Aparecido de Oliveira. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 10.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 166/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Alaércio Aparecido de Oliveira.

A Lei nº 5.638 de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras."

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis; preenche ele os requisitos exigidos.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública

Estadual o Orfanato "Vivendo Renascer", com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande-PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 49, de 11.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 168/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 168/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual o Orfanato "Vivendo Renascer", com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo estar em conformidade com às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 23.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/95, de autoria do Deputado Albanor José Ferreira Gomes, que declara de Utilidade Pública a "Igreja Assembléia de Deus" - Curitiba (Novo Mundo), com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 52, de 17.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 173/95

P A R E C E R:

É objetivo do Projeto de Lei n° 173/95, de autoria do Deputado Albanor Gomes, declarar de Utilidade Pública a Igreja Assembléia de Deus, com sede e foro no Município de Curitiba.

Todos os requisitos da Lei n° 6.994, que dispõem sobre as normas para declaração de Utilidade Pública, foram integralmente cumpridos, assim sendo esta Comissão de Constituição e Justiça, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela aprovação da proposição em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 179/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o "Dia do Técnico Industrial no Estado do Paraná". PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 54, de 22.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 179/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o

Projeto de Lei n° 179/95, tem por finalidade instituir o "Dia do Técnico Industrial" no Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 199/95, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Papa Paulo VI, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 60, de 31.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 199/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Papa Paulo VI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1561, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1562 e 1563, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1564, de autoria do Sr. Deputado Milton Puppio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1565, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 1566, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1567, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1568 e 1579, de au-

toria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1580 e 1597 a 1599, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1581, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1582, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Encaminhe-se, na forma do requerido.**

Requerimento n° 1585, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1586, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1588, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1589, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1591, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1594, de autoria dos Srs. Deputados Angelo Vanhoni e Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A

Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1593, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone e Péricles de Mello, constante do expediente. **Encaminhe-se, na forma do requerido.**

Requerimento n° 1596, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoio dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Ricardo Chab, Nereu Moura e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1583, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1584, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1556 e 1557, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08 de junho, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 023, 091, 166, 168, 173, 179 e 199/95.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 130 e 188/95.

Levanta-se a sessão.